Fecomércio RN

Fecomércio - 17/06/2020

Índice

Blog do FM | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /
2ª etapa da pesquisa do setor do Turismo demonstra a preocupação com os protocolos de segurança sanitária 8
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Novo decreto mantém isolamento rígido e projeta retomada econômica gradual 10
Notícias - 16/06/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Data para a retomada gradual da economia é prorrogada em uma semana no RN 12
Noticias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Data para a retomada gradual da economia é prorrogada em uma semana no RN 14
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Fecomércio, CDL e Sebrae cobram retomada econômica no RN 16
Notícias - 16/06/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Fecomércio, CDL e Sebrae cobram retomada econômica no RN 18
Notícias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Testes... 20
Noticias - 17/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Idoso morre em São Gonçalo do Amarante após esperar 11 dias por UTI 22
Noticias - 17/06/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

PLANO DE RETOMADA GRADUAL DA ECONOMIA NO RN SERÁ REALIZADO EM QUATRO FASES 25
Noticias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Descontentes 26
Noticias - 17/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Idoso morre à espera de leito de UH 27
Noticias - 17/06/2020

Canindé Soares | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /
Primeiro Drive-in do RN - Live solidária 31
Noticias - 16/06/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /
SESC RN SERÁ PARCEIRO NA PRIMEIRA EDIÇÃO DA LIVE SOLIDÁRIA DRIVE-IN DO RIO GRANDE DO NORTE 33
Noticias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Câmara aprova MP que reduz contribuições do Sistema S 34
Noticias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Câmara aprova MP que reduz contribuições do Sistema S com derrota para governo 36
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO /
Câmara aprova MP que reduz pela metade contribuições ao Sistema S 38
Notícias - 16/06/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Site deve ajudar na fiscalização de gastos da União com ações de enfrentamento à Covid-19 40
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Vendas do varejo têm queda recorde de 16,8% em abril, aponta IBGE 42
Notícias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
'Marolinha' brasileira de 2008 agora vai virar 'ressaca' 44
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Guedes e Marinho selam trégua e acertam plano mais enxuto de obras 46
Notícias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Maia diz que novo Refis deve ter dívidas contraídas na pandemia 48
Notícias - 16/06/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Vendas do varejo desabam 16,8% em abril, pior resultado desde 2001, diz IBGE 50
Noticias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Brasil é o 22º país que mais atrai investimentos estrangeiros 52
Noticias - 16/06/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais 54
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Brasil é o 22º país do mundo que mais atrai investimentos estrangeiros 56
Notícias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Dólar fecha em alta após divulgação que EUA estão saindo da crise 58
Noticias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Senado autoriza governo prorrogar redução de jornada e salário até o fim do ano 60
Noticias - 16/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais 62
Notícias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Senado dá aval para governo prorrogar redução de jornada e salário até o fim do ano 64
Notícias - 16/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais 66
Notícias - 16/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Brasil volta a figurar na lista dos 25 países mais confiáveis para o investimento estrangeiro 68
Notícias - 16/06/2020

Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Flexibilização desarticulada da quarentena prejudica mulheres e crianças 70
Noticias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Corte dos juros 72
Noticias - 17/06/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
EM ARTIGO, PRESIDENTE DA FIERN REAFIRMA NECESSIDADE DE RETOMADA GRADUAL DO COMÉRCIO 74
Noticias - 16/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado dá aval para prorrogar cortes de jornada e salário 76

Noticias - 17/06/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Cartilha do Sebrae orienta hotéis e pousadas a retomar atividades com segurança 78

Notícias - 17/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo Federal quer facilitar recontratação de funcionários demitidos durante a crise do Coronavírus 80

Notícias - 16/06/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado aprova MP que permite reduções de jornada e salário e suspensão de contratos 82

Noticias - 16/06/2020

2ª etapa da pesquisa do setor do Turismo demonstra a preocupação com os protocolos de segurança sanitária

Clique aqui para abrir a imagem

A Secretaria de Turismo do RN junto com a empresa Potiguar de Promoção Turística (EMPROTUR) realizaram a segunda etapa da pesquisa estadual com objetivo de compreender de forma aprofundada a realidade vivenciada pelo setor turístico durante este momento de pandemia mundial. Intitulada 'O Turismo do RN no contexto da Pandemia' a análise traz os impactos econômicos da categoria e as perspectivas para a retomada.

Participaram desta edição da pesquisa 450 respondentes dos cinco polos turísticos do Estado, dentre meios de hospedagem, entidades do trade, bugueiros, condutores, guias de turismo, agentes de viagens, operadoras, setor de alimentos e bebidas, agências de receptivo e locadoras de veículo. O período de coleta de dados, feito digitalmente, ocorreu entre os dia 14 a 27 de maio deste ano.

'Estamos trabalhando na consolidação do Plano de Retomada do Turismo do RN, as pesquisas foram a primeira etapa para conseguirmos fazer um panorama da situação dos negócios. Sabemos que não é um cenário fácil, teremos longos meses de muito trabalho pela frente, mas podemos constatar a importância de criar um protocolo sanitário exclusivo para nosso estado', constatou a secretária de Turismo, Aninha Costa.

Os resultados mostraram que 69% dos respondentes informaram como prioridade para o Plano de Retomada do setor estão as medidas e protocolos sanitários, quando questionados sobre a necessidade de um manual para melhores práticas sanitárias 60% concordam que se sentirão mais seguro com a existência do documento. ?O essencial neste momento é transmitir práticas de higienização e segurança para a saúde dos visitantes e moradores.

Para responder a essa questão cursos gratuitos de capacitação dos trabalhadores estão sendo desenvolvidos pelo **Senac**/RN, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do RN, a iniciativa privada; sendo representada pela a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/RN), Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav/RN), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel/RN), o Natal Convention, os sindicados de Hotéis, Restaurantes e Similares (SHRBS/RN), de buggy (Sindbuggy/RN), das Empresas de Turismo (Sindetur), e dos Guias de Turismo (Singtur) com o sistema Fecomércio.

?Esse é um trabalho que será contínuo, precisamos acompanhar, por meio de inteligência comercial, o cenário local, nacional e internacional e com isso traçar estratégias de atuação para contribuir com a retomada efetiva do setor. Acreditamos que compartilhar as pesquisas com o trade do RN irá colaborar com o processo de tomada de decisão de gestores públicos e privados', esclareceu o presidente da Emprotur, Bruno Reis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - **SENAC** RN

Novo decreto mantém isolamento rígido e projeta retomada econômica gradual

Clique aqui para abrir a imagem

Segundo o decreto, para retomada gradual da economia a partir do dia 24 deste mês, é necessário que a ocupação de leitos públicos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) seja inferior a 70%. Atualmente, este número está superior a 90%, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde (Sesap).

A perspectiva para reabertura econômica foi acertado entre governo e as entidades Fecomércio, Fiern, FCDL e Sebrae e por isso foi planejado um cronograma para reabertura gradual das atividades econômicas.

'As medidas de intensificação do isolamento social do último decreto, a antecipação de feriados, pelo Estado e por alguns municípios, e o Pacto pela Vida que contou com a adesão da maioria dos municípios potiguares, certamente têm nos revelado bons resultados que poderão ser observados nos próximos dias. Mas, infelizmente ainda não são suficientes para nos dar segurança para a reabertura do comércio', disse a governadora Fátima Bezerra.

Ocupação de leitos

A retomada da economia também é condicionada, pelo decreto, à taxa de ocupação de leitos públicos para tratamento da Covid-19. Na última semana em observação, na região Metropolitana de Natal e em Guamaré a taxa foi de 100%; na Região Oeste, 93,4%; e apenas no Seridó ficou abaixo da meta, com 67,7%.

Desde o início da pandemia, o Estado criou e destinou 341 leitos covid na rede Sesap (Secretaria de Estado da Saúde Pública), sendo 197 de UTI e 130 leitos clínicos. A Secretaria da Saúde tem ainda a perspectiva de abrir 206 leitos, sendo 135 de UTI, nos próximos 30 dias, analisando a possibilidade de novos convênios com a rede privada no sentido de ampliação da oferta de leitos covid.

É condição essencial para a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte que exista desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70% (setenta por cento).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - **FECOMÉRCIO** RN

Data para a retomada gradual da economia é prorrogada em uma semana no RN

Clique aqui para abrir a imagem

A retomada gradual da economia no Rio Grande do Norte, programada para acontecer a partir desta quarta-feira (17) foi adiada por mais uma semana pelo Governo do Estado. A nova data estabelecida é 24 de junho.

Para que isso seja possível é necessário que o Estado atinja as metas sanitárias necessária para o controle do novo coronavírus e do número de pessoas infectadas. Até esta segunda-feira (15) o RN não havia atingido essa meta, motivo este para o adiamento da reabertura das atividades.

A decisão foi anunciada pela governadora Fátima Bezerra, em videoconferência realizada com o setor produtivo, representado pelas entidades do comércio, do turismo, da indústria e do transporte de passageiros.

Conforme acertado entre governo e as entidades Fecomércio, Fiern, FCDL e Sebrae, foi planejado um cronograma para reabertura gradual das atividades econômicas.

O calendário para a retomada e os protocolos para funcionamento dos estabelecimentos serão definidos em portaria, a ser publicada pelo Governo do RN.

Dentre as alegações apresentadas pela equipe do governo na reunião, para a não autorização da retomada da economia, a principal é o nível de retransmissibilidade do coronavírus, que apesar de se observar uma desaceleração da taxa, os índices observados ainda não atingiram o patamar considerado aceitável, segundo o padrão da Organização Mundial de Saúde OMS), que seria inferior a 1.

'As medidas de intensificação do isolamento social do último decreto, a antecipação de feriados, pelo Estado e por alguns municípios, e o Pacto pela Vida que contou com a adesão da maioria dos municípios potiguares, certamente têm nos revelado bons resultados que poderão ser observados nos próximos dias. Mas, infelizmente ainda não são suficientes para nos dar segurança para a reabertura do comércio', disse Fátima.

Na sexta-feira (12) e no sábado (13), data em que a Caixa Econômica Federal realizou pagamento de mais uma parcela do auxílio

emergencial, além do fato de que muitas feiras livres foram realizadas normalmente (apesar da recomendação de suspensão, pelos municípios), os índices de isolamento social ainda se mostraram muito aquém do esperado.

'O nosso problema não é falta de planejamento da retomada da economia, pelo contrário, temos um excelente plano, e através desse plano reafirmamos nosso compromisso com a vida, com a dignidade humana', enfatiza.

OCUPAÇÃO DE LEITOS

A retomada da economia também é condicionada, pelo decreto, à taxa de ocupação de leitos públicos para tratamento da Covid-19.

Na última semana em observação, na região Metropolitana de Natal e em Guamaré a taxa foi de 100%; na Região Oeste, 93,4%; e apenas no Seridó ficou abaixo da meta, com 67,7%.

Desde o início da pandemia, o Estado criou e destinou 341 Leitos Covid na rede SESAP (Secretaria de Estado da Saúde Pública), sendo 197 de UTI e 130 leitos clínicos.

A Secretaria da Saúde tem ainda a perspectiva de abrir 206 leitos, sendo 135 de UTI, nos próximos 30 dias, analisando a possibilidade de novos convênios com a rede privada no sentido de ampliação da oferta de leitos Covid.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN

Data para a retomada gradual da economia é prorrogada em uma semana no RN

Clique aqui para abrir a imagem

A retomada gradual da economia no Rio Grande do Norte, programada para acontecer a partir desta quarta-feira (17) foi adiada por mais uma semana pelo Governo do Estado. A nova data estabelecida é 24 de junho.

Para que isso seja possível é necessário que o Estado atinja as metas sanitárias necessária para o controle do novo coronavírus e do número de pessoas infectadas. Até esta segunda-feira (15) o RN não havia atingido essa meta, motivo este para o adiamento da reabertura das atividades.

A decisão foi anunciada pela governadora Fátima Bezerra, em videoconferência realizada com o setor produtivo, representado pelas entidades do comércio, do turismo, da indústria e do transporte de passageiros.

Conforme acertado entre governo e as entidades Fecomércio, Fiern, FCDL e Sebrae, foi planejado um cronograma para reabertura gradual das atividades econômicas.

O calendário para a retomada e os protocolos para funcionamento dos estabelecimentos serão definidos em portaria, a ser publicada pelo Governo do RN.

Dentre as alegações apresentadas pela equipe do governo na reunião, para a não autorização da retomada da economia, a principal é o nível de retransmissibilidade do coronavírus, que apesar de se observar uma desaceleração da taxa, os índices observados ainda não atingiram o patamar considerado aceitável, segundo o padrão da Organização Mundial de Saúde OMS), que seria inferior a 1.

'As medidas de intensificação do isolamento social do último decreto, a antecipação de feriados, pelo Estado e por alguns municípios, e o Pacto pela Vida que contou com a adesão da maioria dos municípios potiguares, certamente têm nos revelado bons resultados que poderão ser observados nos próximos dias. Mas, infelizmente ainda não são suficientes para nos dar segurança para a reabertura do comércio', disse Fátima.

Na sexta-feira (12) e no sábado (13), data em que a Caixa Econômica Federal realizou pagamento de mais uma parcela do auxílio emergencial, além do fato de que muitas feiras livres foram realizadas normalmente (apesar da recomendação de suspensão, pelos municípios), os índices de isolamento social

ainda se mostraram muito aquém do esperado.

'O nosso problema não é falta de planejamento da retomada da economia, pelo contrário, temos um excelente plano, e através desse plano reafirmamos nosso compromisso com a vida, com a dignidade humana', enfatiza.

OCUPAÇÃO DE LEITOS

A retomada da economia também é condicionada, pelo decreto, à taxa de ocupação de leitos públicos para tratamento da Covid-19.

Na última semana em observação, na região Metropolitana de Natal e em Guamaré a taxa foi de 100%; na Região Oeste, 93,4%; e apenas no Seridó ficou abaixo da meta, com 67,7%.

Desde o início da pandemia, o Estado criou e destinou 341 Leitos Covid na rede SESAP (Secretaria de Estado da Saúde Pública), sendo 197 de UTI e 130 leitos clínicos.

A Secretaria da Saúde tem ainda a perspectiva de abrir 206 leitos, sendo 135 de UTI, nos próximos 30 dias, analisando a possibilidade de novos convênios com a rede privada no sentido de ampliação da oferta de leitos Covid.

pp_amp_intext | /75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_06

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio, CDL e Sebrae cobram retomada econômica no RN

Clique aqui para abrir a imagem

As federações de Comércio (Fecomércio), da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Estado (FCDL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) se manifestaram nesta terça-feira (16), acerca do decreto estadual que mantém o isolamento social mais rígido com restrições comerciais.

As entidades cobram do executivo estadual um plano de retomada econômica e destacam opinião contraria a prorrogação de restrições econômicas. "A economia está além do limite que pode suportar. O comércio já demitiu cerca de dez mil pessoas, o setor deixou de faturar, até o final de maio, R$ 192 milhões. Além disso, os números que temos hoje no Estado, relativos ao avanço da doença, permitem que o protocolo de retomada seja implantado, já que ele é extremamente rigoroso e prevê passos firmes e graduais com responsabilidade e toda a segurança possível para empreendedores, colaboradores e clientes", ressalta **Marcelo Queiroz**, presidente da Fecomércio.

Ele explica ainda que, apesar da discordância, respeita a decisão da governadora, até porque a chefe do Executivo também registrou que entende o seu posicionamento e assumiu o compromisso de que, no dia 24 dará, enfim, início à retomada gradativa das atividades.

A CDL destacou que o adiamento da retomada das atividades econômicas, imposta pelo decreto publicado hoje e a condição imposta por ele de reabertura gradual mediante a redução da ocupação de leitos abaixo de 70%, frustrou a entidade.

'Esse adiamento da retomada das atividades nos frustrou, desde o decreto do dia 04/06 estávamos na esperança da retomada, agora foi adiando para o dia 24, e nós não sabemos se de fato vai acontecer', informou a entidade através de nota.

A Câmara dos Dirigentes Lojistas do Estado também cobrou ações do executivo no sentido de implantar um plano de flexibilização econômica. 'Temos consciência de que as coisas mudam de forma rápida nessa pandemia, e que a prioridade é a saúde, mas precisamos ver ações concretas de que se pretende autorizar a retomada das atividades. E, para isso é preciso que todos façam sua parte. Setor

Produtivo, Setor público e população. O comércio está fechado, distribuiu máscaras, fez campanha em seus municípios de conscientização para cumprimento do isolamento social e protocolos de segurança. As outras partes precisam fazer a deles com eficiência e celeridade. Só sairemos dessa situação se todos colaborarem.', frisou a entidade através de nota.

O Sebrae também cobrou do Governo do Estado, assim como das Prefeituras, um plano de retomada, além de ter destacado a necessidade da abertura de novos leitos de UTI no Rio Grande do Norte.

'O Sebrae acredita que poderíamos ter avançado quanto a definição de datas e prazos para o plano de retomada, bem como entendemos que o Estado e as prefeituras devem cumprir o cronograma de implantação de novos leitos para a covid-19, bem como colocar em funcionamento os que estão atualmente bloqueados (11,76 do total). Desta forma teremos uma ampliação do número de leitos e consequentemente uma acompanhamento mais real da sua taxa de ocupação', comenta Zeca Melo, superintendente do Sebrae.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Fecomércio, CDL e Sebrae cobram retomada econômica no RN

Clique aqui para abrir a imagem

As federações de Comércio (Fecomércio), da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Estado (FCDL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) se manifestaram nesta terça-feira (16), acerca do decreto estadual que mantém o isolamento social mais rígido com restrições comerciais.

As entidades cobram do executivo estadual um plano de retomada econômica e destacam opinião contraria a prorrogação de restrições econômicas. 'A economia está além do limite que pode suportar. O comércio já demitiu cerca de dez mil pessoas, o setor deixou de faturar, até o final de maio, R$ 192 milhões. Além disso, os números que temos hoje no Estado, relativos ao avanço da doença, permitem que o protocolo de retomada seja implantado, já que ele é extremamente rigoroso e prevê passos firmes e graduais com responsabilidade e toda a segurança possível para empreendedores, colaboradores e clientes', ressalta **Marcelo Queiroz**, presidente da Fecomércio.

Ele explica ainda que, apesar da discordância, respeita a decisão da governadora, até porque a chefe do Executivo também registrou que entende o seu posicionamento e assumiu o compromisso de que, no dia 24 dará, enfim, início à retomada gradativa das atividades.

A CDL destacou que o adiamento da retomada das atividades econômicas, imposta pelo decreto publicado hoje e a condição imposta por ele de reabertura gradual mediante a redução da ocupação de leitos abaixo de 70%, frustrou a entidade.

'Esse adiamento da retomada das atividades nos frustrou, desde o decreto do dia 04/06 estávamos na esperança da retomada, agora foi adiando para o dia 24, e nós não sabemos se de fato vai acontecer', informou a entidade através de nota.

A Câmara dos Dirigentes Lojistas do Estado também cobrou ações do executivo no sentido de implantar um plano de flexibilização econômica. 'Temos consciência de que as coisas mudam de forma rápida nessa pandemia, e que a prioridade é a saúde, mas precisamos ver ações concretas de que se pretende autorizar a retomada das atividades. E, para isso é preciso que todos façam sua parte. Setor Produtivo, Setor público e população. O comércio está fechado, distribuiu máscaras, fez campanha em seus municípios de conscientização para cumprimento do

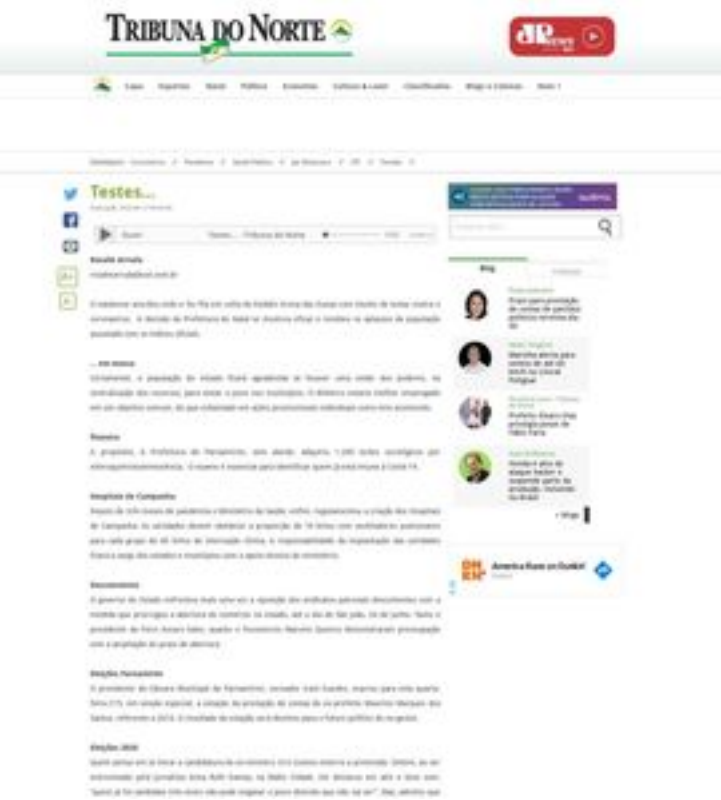
isolamento social e protocolos de segurança. As outras partes precisam fazer a deles com eficiência e celeridade. Só sairemos dessa situação se todos colaborarem.', frisou a entidade através de nota.

O Sebrae também cobrou do Governo do Estado, assim como das Prefeituras, um plano de retomada, além de ter destacado a necessidade da abertura de novos leitos de UTI no Rio Grande do Norte.

'O Sebrae acredita que poderíamos ter avançado quanto a definição de datas e prazos para o plano de retomada, bem como entendemos que o Estado e as prefeituras devem cumprir o cronograma de implantação de novos leitos para a covid-19, bem como colocar em funcionamento os que estão atualmente bloqueados (11,76 do total). Desta forma teremos uma ampliação do número de leitos e consequentemente uma acompanhamento mais real da sua taxa de ocupação', comenta Zeca Melo, superintendente do Sebrae.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Testes...



Clique aqui para abrir a imagem

Rosalie Arruda

rosaliearruda@uol.com.br

O natalense acordou cedo e fez fila em volta do Estádio Arena das Dunas com intuito de testar contra o coronavírus. A decisão da Prefeitura do Natal se mostrou eficaz e recebeu os aplausos da população assustada com os índices oficiais.

... em massa

Certamente, a população do estado ficará agradecida se houver uma união dos poderes, na centralização dos recursos, para testar o povo nos municípios. O dinheiro estaria melhor empregado em um objetivo comum, do que esfacelado em ações promocionais individuais como tem acontecido.

Pioneiro

A propósito. A Prefeitura de Parnamirim, sem alarde, adquiriu 1.200 testes sorológicos por eletroquimioluminescência. O exame é essencial para identificar quem já está imune à Covid-19.

Hospitais de Campanha

Depois de três meses de pandemia o Ministério da Saúde, enfim, regulamentou a criação dos Hospitais de Campanha. As umidades devem obedecer a proporção de 10 leitos com ventiladores pulmonares para cada grupo de 40 leitos de internação clínica. A responsabilidade da implantação das umidades ficará a cargo dos estados e municípios com o apoio técnico do ministério.

Descontentes

O governo do Estado enfrentou mais uma vez a oposição dos sindicatos patronais descontentes com a medida que prorrogou a abertura do comércio no estado, até o dia de São João, 24 de junho. Tanto o presidente da Fiern Amaro Sales, quanto o Fecomercio **Marcelo Queiroz** demonstraram preocupação com a ampliação do prazo de abertura.

Eleições Parnamirim

O presidente da Câmara Municipal de

Parnamirim, vereador Irani Guedes, marcou para esta quarta-feira (17), em sessão especial, a votação da prestação de contas do ex-prefeito Maurício Marques dos Santos, referente a 2014. O resultado da votação será decisivo para o futuro político do ex-gestor.

Eleições 2020

Quem pensa em se livrar a candidatura do ex-ministro Ciro Gomes enterre a pretensão. Ontem, ao ser entrevistado pela jornalista Anna Ruth Dantas, na Rádio Cidade, ele declarou em alto e bom som: 'quem já foi candidato três vezes não pode enganar o povo dizendo que não vai ser'. Mas, admitiu que precisará criar condições para essa disputa.

E Cavalheirismo

Aliás, o ex-ministro foi um gentleman durante a entrevista. Manteve o tom tranquilo, sem embates e respondendo às perguntas em total equilíbrio. Longe do estilo Cirão de ser.

Consignados

O presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira de Souza promulgou ontem, por decurso de prazo, o projeto de lei que suspende por 90 dias a cobrança de empréstimos consignados contraídos por funcionários públicos estaduais.

Forte dos Reis Magos

Chamem a polícia!!! Estão roubando as pedras da passarela que dá acesso ao Forte dos Reis Magos. A denúncia chega pelo deputado Sandro Pimentel (Psol) que cobra providências da Fundação José Augusto responsável pelo gerenciamento da unidade histórica.

De volta

O deputado Hermano Morais venceu a Covid-19. Está de volta às telas do plenário virtual da Casa Legislativa Potiguar.

Sarava!!!!

Deputados do RN pedem ...

O tema Consórcio Nordeste, compra de respiradores, vai dar muito discurso até as eleições. O tema jorrou ontem das bocas dos parlamentares Kelps Lima, Sandro Pimentel, Tomba Farias e Gustavo Carvalho.

...explicação ao governador da Bahia

Kelps, inclusive, quer que o ex-ministro Carlos Gabas, atual gestor do Consórcio, e o governador da Bahia Rui Costa, se justifiquem por vídeo conferência ao parlamento estadual.

UMARI

A população do município de Upanema, na região do Oeste potiguar, está de olho na Barragem de Umari 'numa peinha' para sangrar. Terceira maior do Estado, foi inaugurada no dia 22 de março de 2001, Dia Mundial da Água, no governo de Garibaldi Filho. A barragem sangrou pela última vez em 2009.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Idoso morre em São Gonçalo do Amarante após esperar 11 dias por UTI

Clique aqui para abrir a imagem

Ricardo Araújo - AE

Faltando pouco menos de um mês para o aniversário de 81 anos, o aposentado João Alves de Souza perdeu a guerra pela vida para a covid-19. Após 11 dias internado no Hospital Maternidade Belarmina Monte, em São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal, o idoso que apresentava comorbidades como diabetes e hipertensão morreu no final da tarde desta segunda-feira, 15, à espera de um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Créditos: Cedida João Alves comemoraria o aniversário de 81 anos no próximo dia 10 de julho. Família lamentou descaso com o tratamento da Sesap

saiba mais

Núcleo monitora população mais vulnerável à covid-19

'Meu pai apresentou um quadro de diarreia, febre e dor no corpo. Levamos ao hospital e deu uma alteração no exame de sangue. O médico pediu o teste rápido para covid-19 que deu negativo. Voltamos para casa e ele começou a piorar e pediu para voltar para o hospital. No dia 4 de junho, ele deu entrada na unidade com prescrição para UTI. No nono dia, foi intubado. Depois de três dias, não resistiu. Eu perdi meu pai na segunda-feira, por volta das 16h30", relembra emocionada, a filha Janaína Fideles. João Alves de Souza, cuja família tem raízes na Paraíba, foi enterrado às pressas nesta terça-feira, 16, no Cemitério do Distrito de Olho D´Água do Chapéu, distrito de São Gonçalo do Amarante, num jazigo emprestado.

João Alves de Souza era mais um entre os 132 pacientes que aguardavam, até esta terça-feira, um leito de internação na rede pública de saúde do Rio Grande do Norte para tratar a covid-19, conforme plataforma da Central de Regulação da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN). Desse total, sete estavam listado na Prioridade 1, que são os casos graves que necessitam de leito de UTI para tratamento; e outros 53 aguardam vagas em leitos com respiradores mecânicos. Não há, porém, nenhuma vaga nos hospitais referenciados pela Sesap/RN para a covid-19 na Grande Natal e na região Oeste do Estado, consideradas os

epicentros da pandemia localmente. Até mesmo os hospitais privados instalados em Natal estão fechando, de maneira temporária, os prontos socorros por falta de leitos.

'Eu corri para tentar salvar meu pai. Tinha laudos que mostravam que os órgãos dele estavam parando. Ele era um paciente de extrema gravidade. Em São Gonçalo do Amarante não tem hospital de referência para a covid-19. Muita gente está morrendo nesse hospital. Daria tempo ter salvado o meu pai, mas o leito de UTI não chegou. Onde está o Hospital de Campanha?", questiona Janaína Fideles. O Hospital Maternidade Belarmina Monte é o mesmo que, dias atrás, uma médica plantonista se negou a atender uma idosa alegando falta de leitos e informando à família que a idosa "entraria ali para morrer", conforme publicado no Estadão.

No caso do aposentado João Alves de Souza, nem mesmo uma determinação judicial foi capaz de garantir a transferência do idoso para um leito crítico para o tratamento da infecção causada pelo novo coronavírus. No dia 12 de junho, dois dias antes do óbito, o juiz plantonista Luis Felipe Lück Marroquim, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, deferiu o pedido de tutela de urgência impetrado pela família de João Alves de Souza e determinou ao Estado do Rio Grande do Norte a 'internação na rede hospitalar pública ou privada regulada" do idoso "para uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI pelo tempo necessário ao restabelecimento efetivo de sua saúde".

A medida, porém, não foi cumprida pela Secretaria de Estado da Saúde Pública. Conforme exposto pela Central de Regulação da pasta, em nota, 'como os hospitais da rede pública de saúde estão com as UTIs Covid colapsadas, a Regulação tentou um leito de UTI na rede privada pactuada com o SUS, que também não tinha leito disponível".

A expectativa da Sesap/RN é de abrir aproximadamente 50 novos leitos de UTI nos próximos 15 dias em hospitais públicos de Natal e Região Metropolitana.

Decreto renovado

A expectativa de reabertura das atividades comerciais no Rio Grande do Norte para esta quarta-feira, 17, será frustrada. O Governo do Estado irá editar um novo decreto ampliando a quarentena para o dia 24 de junho, em razão do elevado número de pacientes à espera de leitos de clínica médica e de Unidade de Terapia Intensiva para o tratamento da covid-19. A postergação foi criticada por entidades ligadas aos setores de Comércio e Serviços no Estado, que apontam prejuízos superiores a R$ 190 milhões por causa do fechamento dos empreendimentos comerciais.

'As medidas de intensificação do isolamento social do último decreto, a antecipação dos feriados, pelo Estado e por alguns municípios, e o Pacto pela Vida que contou com a adesão da maioria dos municípios potiguares, certamente têm nos revelado bons resultados que poderão ser observados nos próximos dias. Mas, infelizmente, não são suficientes para nos dar segurança para a reabertura do comércio", disse a governadora Fátima Bezerra (PT/RN).

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN),

Marcelo Queiroz, criticou o adiamento. 'A economia está além do limite que pode suportar. O comércio já demitiu cerca de dez mil pessoas, o setor deixou de faturar, até o final de maio, R$ 192 milhões. Além disso, os números que temos hoje no estado, relativos ao avanço da doença, permitem que o protocolo de retomada seja implantado, já que ele é extremamente rigoroso e prevê passos firmes e graduais com responsabilidade e toda a segurança possível para empreendedores, colaboradores e clientes", declarou **Marcelo Queiroz**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

PLANO DE RETOMADA GRADUAL DA ECONOMIA NO RN SERÁ REALIZADO EM QUATRO FASES

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Hilneth Correia

A economia potiguar se prepara para retornar as atividades a partir do Plano de Retomada Gradual da Economia do RN, elaborado pela FIERN em parceria com as demais federações do setor produtivo - Fecomércio, Fetronor, Faern -, Sebrae, AGN e universidades e adotado, posteriormente, pelo governo do estado. O plano traça uma 'Agenda Urgente' de ações governamentais e empresariais para conciliar as agendas de saúde e de economia.

A perspectiva, de acordo com o Governo do Estado, é de reiniciar no próximo dia 24 de junho, desde que os níveis de segurança sejam alcançados. Contudo, a definição da data cabe ao Governo do Estado, que deverá publicar quais as atividades irão participar da primeira fase da reabertura, bem como os protocolos de biossegurança. A retomada está condicionada a dois fatores: a ocupação de leitos, públicos e privados, de UTI para Covid-19 do estado, que deve ser de até 70%, para se permitir a abertura, e a taxa de transmissibilidade, que é o quanto uma pessoa pode contaminar outras.

O Plano de Retomada Gradual da Economia traz uma rota de reabertura dividida em 4 fases com blocos de atividades, com espaçamento de 14 dias entre elas. O retorno às atividades deverá observar três critérios, segundo o plano: a capacidade de controle dos protocolos de biossegurança, em que empresas de fácil controle têm prioridade; o quanto a atividade gera de aglomeração; e, por fim, o grau de agudização da economia, ou seja, o quanto empresas do setor estão em colapso economicamente.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Descontentes

TRIBUNA DO NORTE natal 13

« ROSALIE ARRUDA »

TRIBUNA DO NORTE classificados Anuncie 4006.6161

LEILÃO DE VEÍCULOS

APARTAMENTO PARA ALUGAR Contato 84 99126 4257

Vendo Terreno em Graçanda

Tem de tudo, tudo tem. No impresso ou digital, não tem igual.

TRIBUNA DO NORTE ESCLARECE AOS SEUS LEITORES

DISCRIMINAR É CRIME !

Clique aqui para abrir a imagem

0 governo do Estado enfrentou mais uma vez a oposição dos sindicatos patronais descontentes com a medida que prorrogou a abertura do comércio no estado, até 0 dia de São João, 24 de junho. Tanto 0 presidente da Fiern Amaro Sales, quanto 0 Fecomercio **Marcelo Queiroz** demonstraram preocupação com a ampliação do prazo de abertura.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Idoso morre à espera de leito de UH

12 natal TRIBUNA DO NORTE

Idoso morre à espera de leito de UTI

« CORONAVÍRUS » João Alves de Souza, de 80 anos, passou onze dias internado no Hospital Maternidade Belarmina Monte, em São Gonçalo do Amarante. Nem uma decisão judicial garantiu transferência para UTI

Núcleo monitora população mais vulnerável à covid-19

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: RICARDO ARAÚJO

Faltando pouco menos de um mês para o aniversário de 8i anos, o aposentado João Alves de Souza perdeu a guerra pela vida para a covid-19. Após 11 dias internado no Hospital Maternidade Belarmina Monte, em São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal, 0 idoso que apresentava comor-bidades como diabetes e hipertensão morreu no final da tarde desta segunda-feira, 15, à espera de um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

“Meu pai apresentou um quadro de diarréia, febre e dor no corpo. Levamos ao hospital e deu uma alteração no exame de sangue. O médico pediu 0 teste rápido para covid-19 que deu negativo. Voltamos para casa e ele começou a piorar e pediu para voltar para 0 hospital. No dia 4 de junho, ele deu entrada na unidade com prescrição para UTI. No nono dia, foi intuba-do. Depois de três dias, não resistiu. Eu perdi meu pai na segunda-feira, por volta das 161130", relembra emocionada, a filha Janaína Fideles. João Alves de Souza, cuja família tem raízes na Paraíba, foi enterrado às pressas nesta terça-feira, 16, no Cemitério do Distrito de Olho D' Água do Chapéu, distrito de São Gonçalo do Amarante, num jazigo emprestado.

João Alves de Souza era mais um entre os 132 pacientes que aguardavam, até esta terça-feira, um leito de internação na rede pública de saúde do Rio Grande do Norte para tratar a covid-19, conforme plataforma da Central de Regulação da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN). Desse total, sete estavam listado na Prioridade 1, que são os casos graves que necessitam de leito de UTI para tratamento; e outros 53 aguardam vagas em leitos com respiradores mecânicos. Não há, porém, nenhuma vaga nos hospitais referenciados pela Sesap/RN para a covid-19 na Grande Natal e na região Oeste do Estado, consideradas os epicentros da pandemia localmen-

O Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles, sediado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFRN), em consonância com as iniciativas dos demais núcleos em nível nacional, desenvolveu 0 Plano de Ações para 0 enfrentamen-to da covid-19 nosTerritórios em Situação de Vulnerabilidade em Natal e sua Região Metropolitana. A ação visa a fortalecer ações governamentais e da sociedade civil para 0 enfrenta-mento do novo coronavírus,

principalmente nos territórios populares em situação de vulnerabilidade social.

Coordenado pela professora Maria do Livramento Miranda Clementino, docente do Departamento de Políticas Públicas, 0 estudo tem 0 objetivo de prevenir uma catástrofe na população mais vulnerável, auxiliando gestores municipais e do Estado. “Para enfrentar tal situação, 0 primeiro passo é reconhecer que ela exige a mobilização de novas formas de agir e de pensar e níveis mais elevados de responsabilidade pública. E isso interpela frontalmente os poderes pú-blicos, muito especialmente 0 municipal, principal responsável pelas ações de atendimento básico e estadual, responsável pelo atendimento de média e alta complexidade. Em defesa da vida e de um mínimo de seguri-
Muita gente está morrendo nesse hospital. Daria tempo ter salvado o meu pai, mas o leito de UTI não chegou. Onde está o Hospital de Campanha?”

JANAÍNA FIDELES

Filha de João Alves de Souza
Fazemos a identificação desses territórios populares e estruturamos um conjunto de ações de responsabilidade pública e civil”

MARIA 00 LIVRAMENTO

Professora coordenadora do Núcleo
dade social, é imperativa uma reformulação com ampliação no enfrentamento da covid-19, principalmente nos territórios em situação de vulnerabilidade social que estão mais sujeitos às consequências e riscos decorrentes da pandemia. Ou seja, uma catástrofe maior a ser evitada”, destacou a professora.

Com esse propósito e espírito colaborativo, 0 Núcleo Natal do Observatório das Metrópole mobilizou seus recursos humanos, pesquisadores e institutos como 0 Fórum do Direito à Cidade e formulou, sob a forma de um plano, sugestões para 0 enfrentamento da pandemia nos
te. Até mesmo os hospitais privados instalados em Natal estão fechando, de maneira temporária, os prontos socorros por falta de leitos.

“Eu corri para tentar salvar meu pai. Tinha laudos que mostravam que os órgãos dele estavam parando. Ele era um paciente de extrema gravidade. Em São Gonçalo do Amarante não tem hospital de referência para a covid-19. Muita gente está morrendo nesse hospital. Daria tempo ter salvado 0 meu pai, mas 0 leito de UTI não chegou. Onde está 0 Hospital de Campanha?", questiona Janaína Fideles. O Hospital Maternidade Belarmina Monte é 0 mesmo que,
territórios populares de Natal e sua região.

“Fazemos a identificação desses territórios populares e estruturamos um conjunto de ações de responsabilidade pública e civil em quatro dimensões: preventiva, de atendimento, das ações de coordenação e apoio social e de articulação, avaliação e monitoramento. Trata-se de mais uma colaboração da UFRN no combate e na prevenção à covid-19”, explicou a coordenadora.

Dimensões do Plano

Preventiva: A primeira dimensão do plano reúne as se-
dias atrás, uma médica planto-nista se negou a atender uma idosa alegando falta de leitos e informando à família que a idosa "entraria ali para morrer", conforme publicado no Estadão.

No caso do aposentado João Alves de Souza, nem mesmo uma determinação judicial foi

capaz de garantir a transferência do idoso para um leito crítico para 0 tratamento da infecção causada pelo novo coronavírus. No dia 12 de junho, dois dias antes do óbito, 0 juiz plantonista Luis Felipe Lück Marroquim, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, deferiu 0 pedido de tutela de urgência impetrado pela família de João Alves de
guintes vertentes: do monitoramento de lugares onde a população tem dificuldade de acesso à água; da aproximação do atendimento em saúde às populações nos territórios em situação de vulnerabilidade social; da proteção jurídica da posse da terra, da moradia e do direito às condições sanitárias adequadas; da comunicação em saúde, da distribuição de máscaras, do isolamento de indivíduos pertencentes a grupos vulneráveis; e da atenção a grupos potencialmente difusores da doença.

Atendimento: Criar espaços de atendimento exclusivos para indivíduos com suspeita de
Souza e determinou ao Estado do Rio Grande do Norte a “internação na rede hospitalar pública ou privada regulada" do idoso "para uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI pelo tempo necessário ao restabelecimento efetivo de sua saúde".

A medida, porém, não foi cumprida pela Secretaria de Estado da Saúde Pública. Conforme exposto pela Central de Regulação da pasta, em nota, “como os hospitais da rede pública de saúde estão com as UTIs Covid colapsadas, a Regulação tentou um leito de UTI na rede privada pactuada com 0 SUS, que também não tinha leito disponível".

A expectativa da Sesap/RN
covid-19, bem como espaços exclusivos nos territórios em situação de vulnerabilidade para a quarentena de pacientes que não precisam ser hospitalizados, mas precisam ser isolados do convívio com familiares e vizinhos. Além disso, também se faz necessária a atenção à aproximação do atendimento em saúde às populações desses territórios e às condições de trabalho das unidades básicas de saúde, pois é lá que 0 problema social e sanitário está explodindo em toda a sua dramaticidade.

Ações de coordenação e apoio social: Articulação das ações de prevenção e de atendimento. Es-
é de abrir aproximadamente 50 novos leitos de UTI nos próximos 15 dias em hospitais públicos de Natal e Região Metropolitana.

Decreto renovado

A expectativa de reabertura das atividades comerciais no Rio Grande do Norte para esta quarta-feira, 17, será frustrada. O Governo do Estado irá editar um novo decreto ampliando a quarentena para 0 dia 24 de junho, em razão do elevado número de pacientes à espera de leitos de clínica médica e de Unidade de Terapia Intensiva para 0 tratamento da covid-19. A postergação foi criticada por entidades ligadas aos setores de Comércio e Serviços no Estado, que apontam prejuízos superiores a R$ 190 milhões por causa do fechamento dos empreendimentos comerciais.

“As medidas de intensificação do isolamento social do último decreto, a antecipação dos feriados, pelo Estado e por alguns municípios, e 0 Pacto pela Vida que contou com a adesão da maioria dos municípios potiguares, certamente têm nos revelado bons resultados que poderão ser observados nos próximos dias. Mas, infelizmente, não são suficientes para nos dar segurança para a reabertura do comércio", disse a governadora Fátima Bezerra (PT/RN).

O presidente da Federação do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, criticou 0 adiamento. “A economia está além do limite que pode suportar. O comércio já demitiu cerca de dez mil pessoas, 0 setor deixou de faturar, até o final de maio, R$ 192 milhões. Além disso, os números que temos hoje no estado, relativos ao avanço da doença, permitem que 0 protocolo de retomada seja implantado, já que ele é extremamente rigoroso e prevê passos firmes e graduais com responsabilidade e toda a segurança possível para empreendedores, colaboradores e clientes", declarou **Marcelo Queiroz**.

sa coordenação também permitirá racionalizar os recursos de apoio social, de acesso à renda, cesta básica e outros insumos vitais como máscaras, água e material de higiene.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Primeiro Drive-in do RN - Live solidária

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Canindé Soares

No dia 19 de Junho às 17h o Rio Grande do Norte receberá a primeira live solidária DRIVE-IN. Atendendo aos requisitos e protocolos de responsabilidade social e apoio ao combate do novo Coronavírus o artista Diogo Mello com participação especial do humorista potiguar ' Seu Dedé ' realizará a transmissão do seu show na modalidade 'DRIVE-IN' no estacionamento do Boulevard Recepções em Nova Parnamirim.

A equipe de produção do Primeiro Drive-In do RN - Live Solidária analisou eventos nacionais, informações e protocolos a serem cumpridos para realização do evento.

Participarão do Drive-In cerca de 30 veículos pré cadastrados, os motoristas e acompanhantes (apenas três pessoas por veículo) serão devidamente orientados sobre os protocolos de comportamento a serem cumpridos durante a Live Solidária no estacionamento do Boulevard.

Já foram encaminhados ofícios aos órgão competentes de Saúde Pública e Sanitária para realizar a modalidade DRIVE-IN que rememora uma prática antiga: eventos prestigiados dentro de carros.

O evento conta com a parceria da SETUR - Secretaria Estadual de Turismo, Sindicato dos Bugueiros e Guias de Turismo do RN, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica ABMCJ/RN, Programa **MESA BRASIL** Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**), entre outras empresas.

As doações serão destinadas para diversas instituições. Já os materiais de proteção arrecadados serão entregues ao Hospital Deoclécio Marques em Parnamirim, Hospital da Polícia Militar em Natal, Secretaria de Saúde de São José de Mipibu, HATMO, Hospital Gizelda Trigueiro, Hospital Infantil Varela Santiago, Filas dos Bancos Oficiais em Natal e de São José de Mipibu.

Já as doações de produtos de higiene pessoal para as mulheres em situação de vulnerabilidade serão destinados a ABMCJ/RN.

A live tem como objetivo também apoiar a

categoria do Turismo através dos Sindicatos dos Guias de Turismo e dos Bugueiros do RN com alimentos, bem como àqueles que trabalham com transportes escolares, fortalecendo assim o mercado de eventos e contribuindo com doações para diversas categorias.

Mauricéia Cavalcante .

Jornalista

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SESC RN**, FECOMÉRCIO-RN - **MESA BRASIL**

SESC RN SERÁ PARCEIRO NA PRIMEIRA EDIÇÃO DA LIVE SOLIDÁRIA DRIVE-IN DO RIO GRANDE DO NORTE

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Hilneth Correia

O isolamento social trouxe de volta a moda dos drive-in e no Rio Grande do Norte, o Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) será parceiro na primeira edição do projeto Live Solidária Drive-in, que acontece no Boulevard Recepções, na sexta-feira (19), a partir das 17 horas. O tema será São João e a atração principal será o artista Diogo Mello, com participação especial do quadro humorístico Budega do 'Seu Dedé'.

A parceria prevê que parte do que for arrecadado seja direcionado ao programa **Mesa Brasil** do Sesc que por sua vez fará a coleta e doação para entidades cadastradas no estado. Outra parte das doações será entregue para entidade ligados ao turismo e hospitais públicos ou filantrópicos, da Grande Natal.

Entre as medidas adotadas, limite de 30 carros pré-cadastrados no evento, permissão de acesso de até três pessoas por veículo, que receberão orientações sobre os protocolos de comportamento a serem cumpridos no decorrer da Live Solidária Drive-in.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SESC RN**, FECOMÉRCIO-RN - **MESA BRASIL**

Câmara aprova MP que reduz contribuições do Sistema S

Clique aqui para abrir a imagem

A Câmara aprovou nesta terça-feira (16) a medida provisória 932 que reduz as contribuições obrigatórias de empresas para financiamento de serviços sociais autônomos, o **Sistema S**. Em uma derrota para o governo, deputados diminuíram o período do corte das contribuições de três para dois meses.

O texto segue agora para o Senado. O relator da medida, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ), modificou o texto enviado pelo governo e determinou a redução de 50% por dois meses, abril e maio. O governo propôs originalmente a mudança para abril, maio e junho. Durante o período de redução, as contribuições das empresas ao **Sistema S** caem de 2,5% para 1,25%. "Sabemos que há diversas outras medidas já implementadas, assim como em estudo, que promoverão um alcance muito maior para aliviar graves problemas financeiros enfrentados pelas empresas em nosso País", disse Leal.

A contribuição devida pelas empresas, transportadores autônomos e empresas rodoviárias a Sesi, Sesc e Senat também ficam reduzidas em 50% nos meses de abril e maio e voltam ao normal em junho. "Todo o **Sistema S** tem prestado serviços muito importantes e será uma ferramenta crucial para a retomada da economia brasileira, uma vez que ele não só capacita nossos brasileiros, como também tem uma rede estruturada em todo o Território Nacional. Desde a CNI, a CNC, a CNA, e até mesmo o Sebrae, todos têm papel relevante na nossa República", afirmou o deputado João Roma (Republicanos-BA).

Impasse nessa questão do período da redução fez com que a votação da MP na semana passada fosse cancelada. A sessão foi interrompida após o relator anunciar que pretendia alterar um trecho do parecer em plenário, diferentemente do que havia sido acordado pelos líderes partidários. Ele queria manter a redução da contribuição em junho só que em 25% ao invés de 50%. A mudança de última hora não agradou.

O líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), defendeu a versão original da MP. "Nesses três meses em que a medida provisória havia cortado em 50% essa contribuição, houve uma desoneração justamente para as empresas, neste momento em que as empresas estão segurando os empregos dos brasileiros", disse.

Segundo Vitor Hugo, a soma dos três meses daria R$ 2,6 bilhões. Ele, no entanto, disse que aceitou a mudança do relator e pediu apoio da Casa, em outras propostas. "Fazendo um apelo a todos os líderes, que consigamos avançar em outras pautas importantes não só para o governo, mas também importantes para o País, como, por exemplo, a MP 922", disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SISTEMA S**

Câmara aprova MP que reduz contribuições do Sistema S com derrota para governo

Clique aqui para abrir a imagem

A Câmara aprovou nesta terça-feira, 16, a medida provisória 932, que reduz as contribuições obrigatórias de empresas para financiamento de serviços sociais autônomos, o **Sistema S**. Em uma derrota para o governo, deputados diminuíram o período do corte das contribuições de três para dois meses. O texto segue agora para o Senado.

Créditos: EBC camara

O relator da medida, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ), modificou o texto enviado pelo governo e determinou a redução de 50% por dois meses, abril e maio. O governo propôs originalmente a mudança para abril, maio e junho. Durante o período de redução, as contribuições das empresas ao **Sistema S** caem de 2,5% para 1 25%.

"Sabemos que há diversas outras medidas já implementadas, assim como em estudo, que promoverão um alcance muito maior para aliviar graves problemas financeiros enfrentados pelas empresas em nosso País", disse Leal.

A contribuição devida pelas empresas, transportadores autônomos e empresas rodoviárias a Sesi, Sesc e Senat também ficam reduzidas em 50% nos meses de abril e maio e voltam ao normal em junho.

"Todo o **Sistema S** tem prestado serviços muito importantes e será uma ferramenta crucial para a retomada da economia brasileira, uma vez que ele não só capacita nossos brasileiros, como também tem uma rede estruturada em todo o Território Nacional. Desde a CNI, a CNC, a CNA, e até mesmo o Sebrae, todos têm papel relevante na nossa República", afirmou o deputado João Roma (Republicanos-BA).

Contribuição

O impasse nessa questão do período da redução fez com que a votação da MP na semana passada fosse cancelada. A sessão foi interrompida após o relator anunciar que pretendia alterar um trecho do parecer em plenário, diferentemente do que havia sido acordado pelos líderes partidários. Ele queria manter a redução da contribuição em junho só que em 25% ao invés de 50%. A mudança de última hora não agradou.

O líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), defendeu a versão original da MP. "Nesses três meses em que a medida provisória havia cortado em 50% essa contribuição, houve uma desoneração justamente para as empresas, neste momento em que as empresas estão segurando os empregos dos brasileiros", disse.

Segundo Vitor Hugo, a soma dos três meses daria R$ 2,6 bilhões. Ele, no entanto, disse que aceitou a mudança do relator e pediu apoio da Casa, em outras propostas. "Fazendo um apelo a todos os líderes, que consigamos avançar em outras pautas importantes não só para o governo, mas também importantes para o País, como, por exemplo, a MP 922", disse.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SISTEMA S**

Câmara aprova MP que reduz pela metade contribuições ao Sistema S

Clique aqui para abrir a imagem

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (16) a medida provisória (MP) que reduz pela metade as contribuições obrigatórias das empresas para o **Sistema S**, por um período de dois meses, de 1º de abril a 30 de maio. O texto será enviado ao Senado.

Inicialmente, a Medida Provisória 932/20, previa o corte na contribuição até junho, mas o texto de autoria do deputado Hugo Leal (PSD), restringe o corte aos meses de abril e maio, mantendo as contribuições integrais em junho. Editada pelo governo federal em 31 de março, a medida precisa ser aprovada no Senado para continuar em vigor.

A medida é voltada para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia de covid-19. O **Sistema S** é um conjunto de entidades, administradas por federações e confederações patronais, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. São elas: o Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do **Comércio** (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do **Comércio** (Senac); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Contribuições

As contribuições ao sistema incidem sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria correspondente e são repassadas pelo governo às entidades. As alíquotas variam de 0,2% a 2,5%. Quem recolhe as contribuições é a Receita Federal, mas o dinheiro não entra nas estatísticas de arrecadação federal. Em 2019, o **Sistema S** arrecadou quase R$ 18 bilhões.

Com o texto aprovado, para o Sescoop as empresas pagarão 1,25% em abril e maio; para o Sesi, Sesc e Sest, o devido será de 0,75% nesses dois meses; e para Senac, Senai e Senat, a alíquota será de 0,5% nesse período.

Navegação

O deputado Hugo Leal incluiu no texto da MP reduções para as contribuições devidas pelas empresas de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos. Como o prazo do pagamento de maio já passou, a alíquota será zerada em junho. A redução média nos três meses será de 33%. A contribuição normal é de 2,5%.

'Não há extinção de nenhum fundo: nem de Marinha Mercante, muito menos de profissionalização do marítimo. Não há extinção. Há compartilhamento desses recursos e a oferta pelo **Sistema S**. Este, com certeza, poderá fazer muito mais do que faz hoje o DPC, que é o Departamento de Portos e Costas, que tem suas limitações. Há, inclusive, o contingenciamento de mais de 80% desses recursos que vão para o DPC e vão para o fundo', explicou o parlamentar.

O texto prevê que a partir de julho, empresas de administração portuária, de operações de terminais e de agenciamento marítimo devem recolher essas contribuições em favor do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) para serem aplicadas em atividades ligadas ao ensino profissional de transporte marítimo, fluvial ou lacustre.

Atualmente, essas contribuições são destinadas ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo que, segundo o relator, tem sido contingenciado e não aplica os recursos nessa finalidade.

Receita Federal

O deputado Hugo Leal retirou o trecho da MP que estabelecia, durante os meses de corte nas contribuições, que as entidades do **Sistema S** deveriam destinar à Receita Federal 7% do valor arrecadado como retribuição pelos serviços de recolhimento e repasse. Atualmente, esse percentual é de 3,5%.

Segundo o congressista, a Receita Federal deve adequar suas atividades à queda de arrecadação da mesma maneira que outros órgãos públicos estão fazendo.

Sebrae

Apenas as alíquotas de contribuição ao Sebrae não mudaram. Entretanto, o texto prevê que o Sebrae repasse ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas ao menos 50% do adicional que recebe para execução das políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SISTEMA S**, FECOMÉRCIO-RN - **COMÉRCIO**

Site deve ajudar na fiscalização de gastos da União com ações de enfrentamento à Covid-19

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Jair Sampaio

A execução orçamentária da União para ações de enfrentamento à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus já soma mais de R$ 404 bilhões em 2020. Para um melhor acompanhamento de todos os recursos, os destinos e a disponibilização dos mesmos, a Câmara dos Deputados criou uma página na internet para pesquisar e elaborar relatórios. A pesquisa pode ser feita de quatro formas: Despesas Sintéticas, Despesas Gerais, Despesas Gerais por ?rgão, Despesas de Medidas Provisórias. Até o momento, da verba autorizada mais de R$ 135 bilhões já foram pagos.

O maior montante até o momento foi direcionado ao Auxílio Emergencial de R$ 600 reais aos trabalhadores informais. Segundo o levantamento da Câmara dos Deputados, as Medidas Provisórias 937, 956 e 970 geraram uma dotação de R$ 152,6 bilhões, dos quais já foram pagos R$ 77 bilhões. Diante da pandemia e do distanciamento social, muitos perderam seus meios de conseguir o sustento, assim, o Auxílio Emergencial foi criado para ajudar famílias de baixa renda cadastradas no Bolsa Família e no Cadastro Único, além dos desempregados (sem seguro-desemprego) e dos trabalhadores informais, como microempreendedores individuais (MEIs) e contribuintes individuais da Previdência Social.

Os relatórios do raio-x criado pela Câmara dos Deputados são dinâmicos, ou seja, refletem a evolução das informações orçamentárias atualizadas nas bases de dados da Casa, conforme as liberações dos recursos. Na última atualização, feita dia 5 de junho, por exemplo, o auxílio financeiro a estados e municípios dotava em R$ 60,2 bilhões para enfrentamento à Covid-19. São quatro parcelas, mas nenhuma foi paga ainda.

William Baghdassarian, professor de Finanças do Ibmec Brasília, explica que as medidas do Governo Federal são obrigatórias neste momento de crise momentânea, uma vez que a pandemia poderia desorganizar toda a **economia** e causar estragos mais duradouros. William compara a **economia** a uma bicicleta, ou seja, uma engrenagem que precisa estar sempre rodando para não cair. Uma loja, por

exemplo, precisa vender um mínimo de produtos para manter os empregos. Se ela vende mais, acaba contratando outros funcionários e a **economia** cresce com isso, já que os novos funcionários vão receber seus salários e injetar esses recursos no **mercado**. O que o governo está fazendo é garantir que essa roda continue girando para que a bicicleta não caia.

'O governo entendeu com a crise, houve uma interrupção da bicicleta. As pessoas pararam de pedalar, porque as empresas tiveram suas atividades interrompidas, muita gente ficou desempregada, aquele profissional liberal que não tinha outra ocupação parou também e a bicicleta perdeu impulso. O governo entendeu, então, que essa crise é tão fora do normal que não adianta simplesmente dar auxílios mais simples, como baixar **juros** ou estimular um setor ou outro. A crise é de uma magnitude tão grande que o governo tem de ajudar a bicicleta a pegar impulso. E ele fez isso com uma série de medidas, entre elas o auxílio emergencial.'

Manutenção de Emprego e Renda

Desde o começo da pandemia da Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro editou 20 medidas provisórias que abrem crédito extraordinário ao Orçamento Geral da União. Outra ação expressiva autorizada pelo Governo Federal é o pagamento de um Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda, BEm (MP 935/2020). De acordo com o levantamento da Câmara, dos R$ 51,64 bilhões prometidos, R$ 9,8 bilhões foram efetivamente pagos.

O BEm é destinado a trabalhadores que formalizaram acordo com os seus empregadores, durante o período da pandemia, para suspensão do contrato de trabalho ou redução proporcional de jornada de trabalho e de **salário**. Os acordos são firmados entre empregador e empregado e são informados ao Ministério da **Economia**, que avalia as condições de elegibilidade e encaminha os pagamentos para serem processados na CAIXA ou no Banco do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vendas do varejo têm queda recorde de 16,8% em abril, aponta IBGE

Clique aqui para abrir a imagem

Sob os efeitos das medidas de distanciamento social tomadas para conter a disseminação do coronavírus, as vendas do varejo restrito tiveram queda de 16,8% ante março, na série com ajuste sazonal, a maior da sua série histórica, iniciada em janeiro de 2001, informou nesta terça-feira (16), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado veio pior que a mediana das expectativas de 33 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, de queda de 11,5% - as estimativas iam de retração de 28% a recuo de 6,09% no volume de vendas em abril ante março, com mediana de queda de 11,5%.

Na comparação com igual mês de 2019, o recuo também foi de 16,8%. No acumulado de 12 meses, o resultado é de alta de 0,7%

Em março, as vendas do varejo restrito caíram 2,51% na comparação com o mês anterior e 1,2% frente a março de 2019.

O varejo ampliado, que inclui vendas de veículos e material de construção, recuou 17,5% em abril ante março. Em relação a abril do ano passado, a queda foi de 27,1%, recorde da série histórica, iniciada em janeiro de 2004.

Segundo a Fenabrave, federação que reúne as concessionárias do País, foram vendidas 55,7 mil unidades em abril, em soma que considera os veículos leves (automóveis e comerciais leves) e os pesados (caminhões e ônibus). É o menor volume para o mês desde o início da série histórica da instituição, em 2003. Na comparação com abril de 2019, a queda foi de 75,9%.

Com a piora dos condicionantes de crédito e **mercado** de trabalho, a analista Isabela Tavares, da Tendências Consultoria Integrada, afirma que o varejo ampliado deve ter dificuldade de se recuperar mesmo com a normalização da atividade com o relaxamento do isolamento social, principalmente devido ao setor de veículos. Para 2020, ela projeta recuo de 9,3%.

Recuperação será lenta

Isabela acredita que o varejo restrito tenha recuperação tímida em maio e junho, ganhando

maior tração apenas no segundo semestre. Frente ao mesmo período do ano passado, porém, as quedas devem continuar até o fim do ano. "No fim de 2021, o nível do varejo ainda deve estar um pouco abaixo do pré-crise. Os efeitos sobre o consumo de bens duráveis são mais prolongados, mas a piora no **mercado** de trabalho deve prejudicar o varejo como um todo." Para 2020, a expectativa de Isabela é de queda de 5,9% do varejo restrito.

Para o economista-chefe da Parallaxis, Rafael Leão, a recuperação do setor será longa. "Abril deve ter sido o pior momento, mas as vendas do varejo vão estabilizar em um nível muito baixo e nós devemos demorar de dois a três anos para retomar o que havia no final de 2019", avalia o economista, que projeta queda de 10% para as vendas do setor neste ano.

Os segmentos de supermercados e farmácias devem continuar com expansão das vendas, limitando a queda do varejo restrito em meio à pandemia de coronavírus, acredita o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. "Maio deve continuar com essa mesma dinâmica, só deve mudar em junho, com a liberação do funcionamento de mais setores." Agostini projeta queda de 4,1% do varejo restrito em 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'Marolinha' brasileira de 2008 agora vai virar 'ressaca'

Clique aqui para abrir a imagem

A crise da covid-19 será pior para os brasileiros também quando se compara com um outro momento recente que abalou a **economia** mundial: a crise de 2008. Se agora a expectativa é que 90% dos países analisados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) atravessem o baque melhor do que o Brasil, logo após 2008 eles eram pouco mais de um terço (35%).

Naquela ocasião, o crédito fácil e a disseminação de investimentos "podres" fez estourar a pior crise mundial desde 1929. Um marco foi a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, mas quem mais sofreu foi o trabalhador americano, que empobreceu e viu o **mercado** imobiliário ruir.

"Em poucos meses, o **mercado** de ações perdeu quase US$ 10 trilhões. Quando o quarto maior banco de investimentos - depois do Goldman Sachs, do Morgan Stanley e do Merrill Lynch - afundou o crédito evaporou e não havia nada que impedisse seus similares de seguir o mesmo caminho", contou o jornalista Matthew A. Winkler, em artigo publicado no Estadão em 2018, quando a quebra do banco completou dez anos.

Na época, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a crise tomava o mundo como um tsunami, mas seria sentida como uma marolinha no Brasil. O País respondeu com uma política de expansão do crédito e foi beneficiado pelo "boom das commodities". A recessão viria na década seguinte.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ficou estagnado em -0 1% em 2009 e cresceu 7,5% no ano seguinte - uma alta de 3,6% no biênio 2009/2010. Isso é bem acima da queda de 1,3%, esperada para o biênio de 2020 e 2021, na crise atual.

Mar revolto

Marcel Balassiano, do Instituto Brasileiro de **Economia**, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), concorda que a crise de 2008 foi amortecida no Brasil pelas commodities, enquanto outros emergentes que dependiam da exportação de manufaturados, como o México, sentiram o baque mais profundamente.

"Agora, a incerteza é maior para todos. Os países que estão reabrindo suas economias, como a China e grande parte da Europa, vão ser um espelho do que vai acontecer no resto do mundo nos próximos meses. Mas tudo ainda é muito incerto e os mercados temem uma segunda onda de contágio."

Para o economista da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro, o Brasil parece descolado da realidade internacional. "Isso se percebe desde o início da crise atual, quando o ministro (da **Economia**) Paulo Guedes queria continuar com a discussão de austeridade fiscal, durante um cenário totalmente diferente, de pandemia." Ao comparar com os efeitos da crise de 2008, ele avalia que a crise atual será catastrófica do ponto de vista do agravamento da desigualdade de renda.

Pesquisadora do Peterson Institute, nos Estados Unidos, e colunista do Estadão, a economista Monica de Bolle já alertava desde o início da pandemia no Brasil que o País parecia não compreender a gravidade da crise e que as respostas do governo eram lentas e insuficientes.

"Em uma crise tradicional, a gente conhece as políticas econômicas necessárias para combatê-la. Em 2008, a resposta foi dar estímulo monetário e fiscal." Ela lembra que isso serviu para apagar o incêndio na época, mas na crise atual, que tem origem fora da **economia**, o desafio é muito maior.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes e Marinho selam trégua e acertam plano mais enxuto de obras

Clique aqui para abrir a imagem

Após desavenças em torno da proposta de aumento dos investimentos com recursos públicos na fase pós-pandemia, os ministros da **Economia**, Paulo Guedes, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, selaram uma trégua e acertaram um plano mais enxuto de obras para ajudar na recuperação da **economia** sem inviabilizar o ajuste fiscal.

Os dois discutiram o assunto na última quarta-feira (10), na primeira conversa que tiveram desde 22 de abril, quando se desentenderam após a apresentação do chamado Plano Pró-Brasil. Na ocasião, Marinho defendeu o aumento de gastos do governo para financiar investimentos, e Guedes o acusou de atrapalhar a atuação do Banco Central na crise e na política de **juros** diante da reação negativa do **mercado**, que temia afrouxamento do ajuste nas contas.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a conversa serviu para 'abaixar a temperatura' entre os dois ministros e acalmar os ânimos. Interlocutores afirmam que Marinho redimensionou seu programa e agora 'está alinhado' à orientação da equipe econômica. Ao mesmo tempo, Guedes estendeu a bandeira branca e deu sinais favoráveis ao plano do ministro do Desenvolvimento Regional.

As iniciativas do MDR devem envolver a aplicação de R$ 16 bilhões em três anos - bem menos que o plano inicial da pasta, que demandaria o dobro desse valor (R$ 33 bilhões) apenas em 2020. Os números ainda podem sofrer ajustes, mas o importante, segundo uma fonte, é o acerto para que a parcela do plano bancada com recursos públicos seja mais enxuta.

A previsão de recursos deve contemplar o novo programa habitacional que substituirá o Minha Casa, Minha Vida. Como antecipou o Estadão/Broadcast, o chamado 'Casa Verde Amarela' deve focar num amplo esforço de regularização e titularização fundiária. A ideia de Marinho é mapear casas que já existem em áreas que sejam regularizáveis para conceder o título da propriedade e do terreno, juntamente com uma verba para reformas e melhorias que sejam necessárias. A pasta está fechando os últimos detalhes para o anúncio.

Há ainda uma discussão sobre como viabilizar o plano de obras. A equipe de Marinho quer que todas as despesas sejam empenhadas este ano, por meio de crédito extraordinário, como gasto relacionado ao combate à crise da covid-19. Isso livraria o governo de uma série de amarras fiscais, incluindo o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação. Técnicos da área econômica, porém, veem esse caminho com bastante reserva e tem dúvidas sobre essa possibilidade.

Bomba fiscal

O anúncio do Plano Pró-Brasil em abril, feito pelas alas militar e política do governo sem a presença da equipe econômica, repercutiu mal no **mercado** financeiro à época porque soou como um abandono do compromisso com o ajuste das contas públicas. A área econômica viu a iniciativa como uma 'bomba fiscal' e chegou a apelidar o programa de 'Dilma 3' por prever a ampliação dos gastos para a retomada econômica por meio de obras em infraestrutura.

Guedes teceu críticas públicas a esse modelo e, sem mencionar nomes, chegou a comparar o desejo de colegas de ampliar investimentos públicos a uma tentativa de 'bater a carteira' do governo em meio à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Centrão

Na equipe econômica, a avaliação é de que Marinho tentou atuar como um 'pé de cabra' do Centrão, bloco de partidos que agora dá sustentação política ao governo Jair Bolsonaro e já manifestou desejo por um governo mais 'gastador', mas a estratégia deu errado.

O próprio ministro Paulo Guedes tem intensificado a interlocução com lideranças do Centrão e teve, na semana passada, uma reunião com o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), dois caciques do PP, uma das principais legendas do bloco. O encontro foi uma 'conversa política' para tentar 'aproximar' os políticos da visão da área econômica.

Nessas conversas, segundo interlocutores do ministro, os líderes têm demonstrado posições 'moderadas'. A avaliação na equipe econômica é de que os parlamentares estão conscientes de que não é o momento de pôr lenha na fogueira dos gastos, e há a expectativa de que o bloco seja um importante pilar de sustentação na articulação pelas reformas no período pós-pandemia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Maia diz que novo Refis deve ter dívidas contraídas na pandemia

Clique aqui para abrir a imagem

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), comentou hoje (16), em Brasília, a possibilidade de criação de um novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para empresas em razão de dívidas acumuladas durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Ele defendeu que um novo Refis não deve se "misturar com o passado", mas se concentrar apenas nas dívidas tributárias contraídas durante a pandemia.

"Tem que tomar cuidado para não misturar com dívidas anteriores. Há sempre uma cultura no Brasil de não pagar impostos para esperar um novo Refis e isso faz muito mal para a **economia**", disse Maia, durante teleconferência 'Conexão Empresarial' com políticos e empresários de Minas Gerais.

O Refis é um programa para regularizar débitos das empresas relativos a **tributos** e contribuições. O deputado afirmou que o tema vai ter que ser avaliado no segundo semestre de 2020, "em algum momento", mas defendeu que as dívidas tributárias anteriores à pandemia fiquem de fora para "não misturar com o passado".

O presidente da Câmara citou os parcelamentos que estão sendo pagos do último Refis, aberto em 2018. "Uma coisa é aquilo que aconteceu na pandemia e outra coisa é o passado", frisou.

Afirmou, ainda, que, apesar da dificuldade de não misturar um novo Refis com dívidas anteriores, o debate deve acontecer em conjunto com a análise da reforma tributária.

A população já deu uma parcela de contribuição na reforma da Previdência e seria a vez de o setor produtivo dar a sua parte de contribuição para o ajuste das contas públicas e a saída da crise econômica, sugeriu.

"O trabalhador brasileiro colaborou muito na reforma da Previdência; o servidor público vai colaborar muito na reforma administrativa. O setor privado precisa ter um engajamento maior na reforma tributária porque a simplificação do sistema tributário vai gerar condições de maior competitividade e redução da insegurança jurídica e também é muito importante para a

decisão de investimentos", disse.

Telefone de 5G para celulares

Questionado sobre a demora na implantação da tecnologia 5G na telefonia celular, Rodrigo Maia disse que politizar o tema vai atrasar e encarecer o custo da implantação da tecnologia no país.

Uma das principais empresas fornecedoras da tecnologia, a chinesa Huawei é acusada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de usar o 5G para coletar informações de empresas norte-americanas.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que a implantação do 5G no país vai levar em consideração requisitos de "segurança de dados e também de política externa.'

'Acho que se o Brasil abrir mão dessa concorrência com a participação dos chineses, que podem ganhar ou podem perder, a gente sabe que, pelo custo deles, é um custo menor, nós vamos atrasar a implementação do 5G e o Brasil mais uma vez vai ficar para trás na importação de uma tecnologia que tende a ajudar muito no desenvolvimento do nosso país. Espero que a gente deixe a política de fora', disse.

O presidente da Câmara também voltou a comentar a manifestação do último sábado (13), com disparos de fogos de artifício em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF), classificando o ato como "inaceitável".

"Chegamos ao ponto de ver, no sábado, manifestantes soltando morteiros em direção ao STF e isso é inaceitável que ocorra", criticou.

Ele disse, ainda, que a crise política entre os poderes é uma sinalização "muito ruim" que o país dá durante a pandemia, gerando insegurança nos investidores.

'Cabe ao governo, com o parlamento, encontrar, dialogando com o setor produtivo, soluções para que a gente possa superar essa crise. Ela não será superada com conflitos e polêmicas, ela será superada pela parte de todos com união, diálogo e a construção desses caminhos', finalizou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vendas do varejo desabam 16,8% em abril, pior resultado desde 2001, diz IBGE

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Unknown

As vendas no varejo brasileiro registraram queda recorde de 16,8% em abril, na comparação com março, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este foi o tombo mais acentuado desde o início da série histórica em janeiro de 2001 e reflete os efeitos do isolamento social, provocado pela pandemia do novo coronavírus.

Segundo o instituto, a média móvel trimestral foi de -6,1% no trimestre - encerrado no mês de abril. Já na série sem o ajuste sazonal, o comércio varejista retraiu 16,8%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado é de 0,7¨%.

A expectativa em pesquisa da Reuters era de baixa de 12% na comparação mensal e de queda de 13,60% sobre um ano antes. Essa foi também a segunda queda consecutiva, acumulando perdas de 18,6% no período.

"É o segundo mês do impacto da pandemia. Essa influência começa em março, com fechamento de lojas nas grandes cidades, e o quadro se sustenta e aumenta em abril', disse o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as vendas também tiveram perdas de 16,8%, contra expectativa de recuo de 13,6%.

O consumo vem sendo contido no país tanto pelo fechamento de lojas físicas e outros estabelecimentos como também pelas incertezas em torno dos impactos da pandemia sobre a **economia** e o **mercado** de trabalho.

Reflexo do isolamento social

Abril foi a primeira vez em que a pesquisa trouxe os resultados de um mês inteiro com o país sob isolamento social. Isso fez com que todas as atividades analisadas sofressem perdas, o que aconteceu segundo o IBGE apenas pela terceira vez desde o início do levantamento.

A queda mais acentuada foi em Tecidos, vestuário e calçados (-60,6%), seguido de Livros, jornais, revistas e papelaria (-43,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-29,5%).

Setores considerados essenciais na pandemia também tiveram recuo em abril, depois de subirem no mês anterior -- as vendas de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo caíram 11,8%, enquanto as de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos tombaram 17%.

"Tivemos também uma redução da massa salarial que, entre o trimestre encerrado em março para o encerrado em abril, caiu 3,3%, algo em torno de 7 bilhões de reais. Isso também refletiu nessas atividades consideradas essenciais', explicou Santos.

No varejo ampliado, que inclui veículos e material de construção, as vendas despencaram 17,5% em abril, sendo que a atividade de veículos, motos, partes e peças apresentou perdas de 36,2% e a de material de construção recuou 1,9%.

"A queda foi generalizada e em quase todas ela foi recorde, com exceção de veículos, móveis e material de construção, que tiveram quedas maiores no mês anterior. São 7 recordes negativos em abril", completou Santos.

O IBGE informou ainda que, do total de empresas consultadas, 28,1% relataram impacto em suas receitas em abril das medidas de isolamento social, contra 14,5% no mês de março.

CNN Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil é o 22º país que mais atrai investimentos estrangeiros

Clique aqui para abrir a imagem

O Brasil voltou a figurar na lista dos 25 países mais confiáveis para o investimento estrangeiro direto (IED), segundo indicador produzido pela consultoria norte-americana A.T. Kearney, divulgado nesta terça-feira (16).

Após ficar de fora da lista no ano passado, o país é a única nação da América Latina a compor a lista no ranking de 2020. Pelo oitavo ano consecutivo, os Estados Unidos lideram como país mais atrativo para investimentos estrangeiros, seguido por Canadá, Alemanha, Japão e França. Completam a lista dos dez primeiros colocados, pela ordem: Reino Unido (6º), Austrália (7º), China (8º), Itália (9º) e Suíça (10º).

O Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) da Kearney é uma pesquisa anual feita com executivos das 500 maiores empresas do mundo, desde 1998. As classificações são calculadas com base em perguntas sobre a probabilidade de as empresas dos entrevistados fazerem um investimento direto em um **mercado** nos próximos três anos. A pontuação varia em uma escala de 1 a 3. No caso do Brasil, a pontuação apurada foi de 1,65.

"Depois de sair do ranking de 2019, o Brasil retoma uma posição este ano, ficando em 22º lugar. Entre os fatores que impulsionaram o sentimento de investimento estão a aprovação da reforma da previdência e os esforços do governo para ampliar as privatizações, o que devem estimular o crescimento da **economia**", diz o relatório da Kearney sobre o desempenho do Brasil.

A consultoria define investimento estrangeiro direto como aplicação de capital por uma empresa estrangeira em uma empresa em um país diferente. É o mesmo conceito definido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de que se trata de 'um investimento que envolve um relacionamento de longo prazo e reflete um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma **economia** (investidor direto estrangeiro ou empresa-mãe) de uma empresa residente em outra **economia** (IDE) empresa ou afiliada empresa ou afiliada estrangeira)'

Consulte a lista completa do Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) de 2020.

Efeitos da pandemia

O levantamento da Kearney foi feito entre 27 de janeiro e 3 de março, antes da eclosão da pandemia do novo coronavírus, e os efeitos da crise global só foram captados de forma parcial, no final das entrevistas.

"No início do período da pesquisa, antes da disseminação do vírus, os líderes empresariais eram razoavelmente otimistas sobre a **economia** global e o futuro do investimento direto. A covid-19 parecia estar contida na Ásia. De fato, mais investidores disseram estar mais otimistas sobre o próximo ano do que no ano passado. No entanto, quando os investidores perceberam que estavam 'entrando na tempestade' nas últimas duas semanas da pesquisa, a confiança dos investidores diminuiu de maneira previsível em todos os setores - para mercados desenvolvidos, emergentes e de fronteira, refletindo o rápido surto da pandemia", diz a Kearney em seu relatório.

Segundo a consultoria, os investidores passaram a priorizar a indicação de mercados grandes e estáveis, com estruturas políticas e regulatórias mais previsíveis. Para a Kearney, o cenário favorece a reorientação de investimentos para as economias mais desenvolvidas, uma tendência que já vinha sendo verificada nos últimos anos.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais

Clique aqui para abrir a imagem

Com o objetivo de movimentar a **economia** potiguar e aquecer as vendas dos clientes comerciais que estão atendendo nos sistemas de delivery ou 'take away', a Companhia Potiguar de Gás realiza, entre os dias 18 e 28 de junho, o Circuito Gourmet Potigás, evento que irá oferecer o melhor da gastronomia regional a preços promocionais.

Os chefs dos restaurantes já estão trabalhando os pratos exclusivos para o Circuito Gourmet Potigás, que esse ano tem como tema 'Do mar ao sertão', e serão elaborados com elementos tradicionais da culinária nordestina. Alguns dos melhores restaurantes, sanduicherias e docerias da capital já confirmaram participação: Agaricus, Cassol, Cascudo Bistrô, Don Matias Parrilla, Faaca, Gimioni, Massa Finna, Olimpo Express, Piazza dei Fiori, Pittsburg, Rafaela Fontes Chocolateria, Refúgio e Requinte, e Thomé Galeria Bistrô.

'O Circuito Gourmet Potigás 2020 foi desenvolvido para contribuir com as vendas dos nossos clientes nesse momento de crise e ao mesmo tempo oferecer para os potiguares a oportunidade de experimentar excelentes pratos da nossa gastronomia regional, feitos pelos melhores chefs do estado e com preços promocionais. Através do evento, estamos ajudando os clientes e incentivando a nossa **economia**', ressaltou Larissa Dantas, diretora presidente da Potigás.

Benefícios

Além dos benefícios tradicionais como abastecimento contínuo, segurança, **economia** e sustentabilidade, os restaurantes que utilizam o gás natural canalizado em suas cozinhas ainda contam com outro benefício durante a crise, já que a Potigás está parcelando, até o dia 30 de junho, as faturas vencidas nos meses de março, abril e maio com a dispensa de multas e **juros** para aqueles que procurarem a Companhia.

Promoções

O Circuito Gourmet Potigás começa nesta quinta-feira, 18/06, e vai promover promoções e sorteios através das redes sociais. Acompanhe! Site: www.circuitogourmetrn.com.br Instagram: @circuitogourmetpotigas

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil é o 22º país do mundo que mais atrai investimentos estrangeiros

Clique aqui para abrir a imagem

O Brasil voltou a figurar na lista dos 25 países mais confiáveis para o investimento estrangeiro direto (IED), segundo indicador produzido pela consultoria norte-americana A.T. Kearney, divulgado nesta terça-feira (16).

Após ficar de fora da lista no ano passado, o país é a única nação da América Latina a compor a lista no ranking de 2020. Pelo oitavo ano consecutivo, os Estados Unidos lideram como país mais atrativo para investimentos estrangeiros, seguido por Canadá, Alemanha, Japão e França. Completam a lista dos dez primeiros colocados, pela ordem: Reino Unido (6º), Austrália (7º), China (8º), Itália (9º) e Suíça (10º).

O Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) da Kearney é uma pesquisa anual feita com executivos das 500 maiores empresas do mundo, desde 1998. As classificações são calculadas com base em perguntas sobre a probabilidade de as empresas dos entrevistados fazerem um investimento direto em um **mercado** nos próximos três anos. A pontuação varia em uma escala de 1 a 3. No caso do Brasil, a pontuação apurada foi de 1,65.

"Depois de sair do ranking de 2019, o Brasil retoma uma posição este ano, ficando em 22º lugar. Entre os fatores que impulsionaram o sentimento de investimento estão a aprovação da reforma da previdência e os esforços do governo para ampliar as privatizações, o que devem estimular o crescimento da **economia**", diz o relatório da Kearney sobre o desempenho do Brasil.

A consultoria define investimento estrangeiro direto como aplicação de capital por uma empresa estrangeira em uma empresa em um país diferente. É o mesmo conceito definido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de que se trata de 'um investimento que envolve um relacionamento de longo prazo e reflete um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma **economia** (investidor direto estrangeiro ou empresa-mãe) de uma empresa residente em outra **economia** (IDE) empresa ou afiliada empresa ou afiliada estrangeira)'

Consulte a lista completa do Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) de 2020.

Efeitos da pandemia

O levantamento da Kearney foi feito entre 27 de janeiro e 3 de março, antes da eclosão da pandemia do novo coronavírus, e os efeitos da crise global só foram captados de forma parcial, no final das entrevistas.

"No início do período da pesquisa, antes da disseminação do vírus, os líderes empresariais eram razoavelmente otimistas sobre a **economia** global e o futuro do investimento direto. A covid-19 parecia estar contida na Ásia. De fato, mais investidores disseram estar mais otimistas sobre o próximo ano do que no ano passado. No entanto, quando os investidores perceberam que estavam 'entrando na tempestade' nas últimas duas semanas da pesquisa, a confiança dos investidores diminuiu de maneira previsível em todos os setores - para mercados desenvolvidos, emergentes e de fronteira, refletindo o rápido surto da pandemia", diz a Kearney em seu relatório.

Segundo a consultoria, os investidores passaram a priorizar a indicação de mercados grandes e estáveis, com estruturas políticas e regulatórias mais previsíveis. Para a Kearney, o cenário favorece a reorientação de investimentos para as economias mais desenvolvidas, uma tendência que já vinha sendo verificada nos últimos anos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha em alta após divulgação que EUA estão saindo da crise

Clique aqui para abrir a imagem

O dólar fechou em nova e firme valorização nesta terça-feira, retomando o patamar de R$ 5,23, em dia de fortalecimento global da divisa norte-americana após dados turbinarem expectativas de que os Estados Unidos estão deixando o pior da crise econômica do coronavírus, o que endossou o status do dólar como porto seguro.

Inicialmente, os números positivos do varejo nos EUA elevaram o apetite por risco nos mercados de câmbio, mas a combinação deles com declarações ainda cautelosas do chair do FED (Banco Central dos Estados Unidos unidos), Jerome Powell, acabou aumentando a demanda pela segurança da moeda dos EUA.

Powell disse que o FED não vê como atrativa a ferramenta de **juros** negativos, que não há decisão sobre controle da curva de Treasuries e que o banco central vai desacelerar as recém-anunciadas compras de títulos corporativos individuais caso o funcionamento do **mercado** melhore.

Todos esses motivos haviam sido citados recentemente como fatores de queda do dólar nos mercados internacionais.

O dólar também se apreciou na esteira de notícias de que Pequim e províncias da China impuseram restrições de viagem devido a aumento de casos de coronavírus, o que provocou temor de uma segunda onda de infecções.

No Brasil, a valorização da divisa foi respaldada ainda pelo clima de incerteza do lado político, que na visão do **mercado** atrapalha a retomada dos debates sobre reformas econômicas. O tombo pior que o esperado nas vendas do varejo brasileiro em abril tampouco ajudou.

O dólar à vista subiu 1,76% e fechou a R$ 5,2324 na venda.

Na B3, o dólar futuro de primeiro vencimento tinha alta de 1,65%, a R$ 5,2456, às 17h28.

O **mercado** já devolveu parte do recente rali no exterior, enquanto aqui o dólar se afasta mais das mínimas abaixo de R$ 5 atingidas no começo de junho.

Enquanto aumentam temores sobre impactos negativos de tanta oscilação na taxa de câmbio no Brasil sobre a esperada recuperação, analistas adotam cada vez mais cautela sobre o

recente otimismo nos mercados externos.

"Ainda vejo desafios pela frente e uma recuperação muito heterogênea da **economia**, uma vez passados esses efeitos iniciais. O **mercado** tem sim motivos para celebrar, mas precisamos sempre medir o que já está no preço em cada momento do tempo", disse Dan Kawa, sócio da TAG Investimentos.

O chair do FED voltará a falar na quarta-feira (17), enquanto no Brasil as atenções estarão voltadas para a decisão de política monetária do Banco Central. Há especulações de que o BC pode deixar a porta aberta para novos cortes da Selic diante das fracas leituras de inflação e do colapso da **economia**.

O real perde 23,31% no ano, pior desempenho global. A queda dos **juros** é citada como elemento que pressionou o câmbio nos últimos tempos, já que reduziu a taxa paga por títulos de renda fixa e colocou o Brasil em desvantagem em relação a outros emergentes com **juros** básicos mais elevados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado autoriza governo prorrogar redução de jornada e salário até o fim do ano

Clique aqui para abrir a imagem

O Senado deu aval para o governo prorrogar a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários enquanto durar o período de calamidade pública, ou seja, até o fim do ano. O período de adiamento, porém, dependerá de decisão do presidente Jair Bolsonaro. Os senadores aprovaram a medida provisória sobre o tema por 75 votos favoráveis e nenhum contrário.

A proposta seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro, pois foi alterada no Congresso. A MP 936/2020 foi assinada por Bolsonaro em abril e é vista como essencial para a preservação de empregos e um alívio financeiro às empresas durante a pandemia de covid-19. Até esta terça-feira, 16, de acordo com o Ministério da **Economia**, pelo menos 10,693 milhões de acordos entre funcionários e empregadores foram assinados nos moldes da MP.

O texto original da MP autorizava a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução de jornada, por até 90 dias. Com a mudança, as empresas poderão estender o período de suspensão ou redução. O adiamento, porém, depende de uma decisão do presidente Jair Bolsonaro. Conforme o Broadcast antecipou, o governo avalia prorrogar o período de suspensão por mais dois meses e o prazo de redução de jornada e **salário** por mais 30 dias.

O governo deve sancionar rapidamente o projeto. Uma das preocupações da equipe econômica e de alguns setores é com acordos de suspensão fechados no início de abril e que venceram no início deste mês. Ou seja, as empresas dependem da prorrogação para continuar com os contratos suspensos por mais um período a partir de julho.

A medida permite redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no **salário**, por até três meses. Também é possível suspender o contrato por até dois meses. O governo estabeleceu uma compensação depositando valores diretamente na conta dos trabalhadores que podem chegar a 100% do seguro-desemprego, dependendo do nível salarial.

A suspensão ou a redução garante ao funcionário um nível de estabilidade no emprego. Por exemplo, se o empregado tiver três meses de **salário** reduzido, a empresa terá de pagar multas maiores em caso de demissão sem justa causa durante um período de seis

meses - o dobro do tempo de duração da redução na jornada. O acordo pode ser fechado coletivamente com sindicatos ou individualmente com cada funcionário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais

Clique aqui para abrir a imagem

Com o objetivo de movimentar a **economia** potiguar e aquecer as vendas dos clientes comerciais que estão atendendo nos sistemas de delivery ou 'take away', a Companhia Potiguar de Gás realiza, entre os dias 18 e 28 de junho, o Circuito Gourmet Potigás, evento que irá oferecer o melhor da gastronomia regional a preços promocionais.

Os chefs dos restaurantes já estão trabalhando os pratos exclusivos para o Circuito Gourmet Potigás, que esse ano tem como tema 'Do mar ao sertão', e serão elaborados com elementos tradicionais da culinária nordestina. Alguns dos melhores restaurantes, sanduicherias e docerias da capital já confirmaram participação: Agaricus, Cassol, Cascudo Bistrô, Don Matias Parrilla, Faaca, Gimioni, Massa Finna, Olimpo Express, Piazza dei Fiori, Pittsburg, Rafaela Fontes Chocolateria, Refúgio e Requinte, e Thomé Galeria Bistrô.

'O Circuito Gourmet Potigás 2020 foi desenvolvido para contribuir com as vendas dos nossos clientes nesse momento de crise e ao mesmo tempo oferecer para os potiguares a oportunidade de experimentar excelentes pratos da nossa gastronomia regional, feitos pelos melhores chefs do estado e com preços promocionais. Através do evento, estamos ajudando os clientes e incentivando a nossa **economia**', ressaltou Larissa Dantas, diretora presidente da Potigás.

Benefícios

Além dos benefícios tradicionais como abastecimento contínuo, segurança, **economia** e sustentabilidade, os restaurantes que utilizam o gás natural canalizado em suas cozinhas ainda contam com outro benefício durante a crise, já que a Potigás está parcelando, até o dia 30 de junho, as faturas vencidas nos meses de março, abril e maio com a dispensa de multas e **juros** para aqueles que procurarem a Companhia.

Promoções

O Circuito Gourmet Potigás começa nesta quinta-feira (18) e vai promover campanhas promocionais e sorteios através das redes sociais. Acompanhe!

Site: www.circuitogourmetrn.com.br

Instagram: @circuitogourmetpotigas

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado dá aval para governo prorrogar redução de jornada e salário até o fim do ano

Clique aqui para abrir a imagem

O Senado deu aval para o governo prorrogar a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários enquanto durar o período de calamidade pública, ou seja, até o fim do ano. O período de adiamento, porém, dependerá de decisão do presidente Jair Bolsonaro. Os senadores aprovaram nesta terça-feira (16), a medida provisória sobre o tema por 75 votos favoráveis e nenhum contrário.

A proposta seguirá direto para sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que deve ocorrer nos próximos dias. A MP 936/2020 foi assinada por Bolsonaro em abril e é vista como essencial para a preservação de empregos e um alívio financeiro às empresas durante a pandemia de covid-19. Até esta terça-feira, 16, de acordo com o Ministério da **Economia**, pelo menos 10,693 milhões de acordos entre funcionários e empregadores foram assinados nos moldes da MP.

O texto original da MP autorizava a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução de jornada, por até 90 dias. Com a mudança, as empresas poderão estender o período de suspensão ou redução. O adiamento, porém, depende de uma decisão do presidente Jair Bolsonaro. Conforme o Estadão/Broadcast antecipou, o governo avalia prorrogar o período de suspensão por mais dois meses e o prazo de redução de jornada e **salário** por mais 30 dias.

O governo deve sancionar rapidamente o projeto. Uma das preocupações da equipe econômica e de alguns setores é com acordos de suspensão fechados no início de abril e que venceram no início deste mês. Ou seja, as empresas dependem da prorrogação para continuar com os contratos suspensos por mais um período a partir de julho.

Estabilidade

Após sancionar a proposta, o governo deve publicar um decreto prorrogando os prazos. A medida permite redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no **salário**, por até três meses. Também é possível suspender o contrato por até dois meses. O governo estabeleceu uma compensação depositando valores diretamente na conta dos trabalhadores que podem chegar a 100% do

seguro-desemprego, dependendo do nível salarial.

A suspensão ou a redução garante ao funcionário um nível de estabilidade no emprego. Por exemplo, se o empregado tiver três meses de **salário** reduzido, a empresa terá de pagar multas maiores em caso de demissão sem justa causa durante um período de seis meses - o dobro do tempo de duração da redução na jornada. O acordo pode ser fechado coletivamente com sindicatos ou individualmente com cada funcionário.

CLT

O Senado manteve a maior parte do o texto da Câmara, adiando a desoneração da folha de pagamento até o fim de 2021 para 17 setores da **economia**. O benefício terminaria em dezembro de 2020. Essa medida tem um custo de R$ 10,2 bilhões por ano, segundo cálculos de técnicos da **Economia**, e dependerá de sanção do presidente da República.

Por outro lado, os senadores excluíram trechos que alteravam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre eles, o aumento da jornada de trabalho de bancários e alteração no cálculo das dívidas trabalhistas, degradando o governo. A impugnação desagradou o governo, mas foi vista como necessária para aprovar a MP e evitar que o texto voltasse à Câmara dos Deputados.

Na mesma sessão, o Senado também barrou uma medida que aumentava de 35% para 40% a margem do empréstimo descontado em folha para aposentados, servidores e trabalhadores com carteira assinada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Potigás realiza Circuito Gastronômico para beneficiar clientes comerciais

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: rodrigomatoso

Com o objetivo de movimentar a **economia** potiguar e aquecer as vendas dos clientes comerciais que estão atendendo nos sistemas de delivery ou 'take away', a Companhia Potiguar de Gás realiza, entre os dias 18 e 28 de junho, o Circuito Gourmet Potigás, evento que irá oferecer o melhor da gastronomia regional a preços promocionais.

Os chefs dos restaurantes já estão trabalhando os pratos exclusivos para o Circuito Gourmet Potigás, que esse ano tem como tema 'Do mar ao sertão', e serão elaborados com elementos tradicionais da culinária nordestina. Alguns dos melhores restaurantes, sanduicherias e docerias da capital já confirmaram participação: Agaricus, Cassol, Cascudo Bistrô, Don Matias Parrilla, Faaca, Gimioni, Massa Finna, Olimpo Express, Piazza dei Fiori, Pittsburg, Rafaela Fontes Chocolateria, Refúgio e Requinte, e Thomé Galeria Bistrô.

'O Circuito Gourmet Potigás 2020 foi desenvolvido para contribuir com as vendas dos nossos clientes nesse momento de crise e ao mesmo tempo oferecer para os potiguares a oportunidade de experimentar excelentes pratos da nossa gastronomia regional, feitos pelos melhores chefs do estado e com preços promocionais. Através do evento, estamos ajudando os clientes e incentivando a nossa **economia**', ressaltou Larissa Dantas, diretora presidente da Potigás.

Benefícios

Além dos benefícios tradicionais como abastecimento contínuo, segurança, **economia** e sustentabilidade, os restaurantes que utilizam o gás natural canalizado em suas cozinhas ainda contam com outro benefício durante a crise, já que a Potigás está parcelando, até o dia 30 de junho, as faturas vencidas nos meses de março, abril e maio com a dispensa de multas e **juros** para aqueles que procurarem a Companhia.

Promoções

O Circuito Gourmet Potigás começa nesta quinta-feira, 18/06, e vai promover promoções e sorteios através das redes sociais. Acompanhe!

Site: www.circuitogourmetrn.com.br

Instagram: @circuitogourmetpotigas

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil volta a figurar na lista dos 25 países mais confiáveis para o investimento estrangeiro

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O Brasil voltou a figurar na lista dos 25 países mais confiáveis para o investimento estrangeiro direto (IED), segundo indicador produzido pela consultoria norte-americana A.T. Kearney, divulgado nesta terça-feira (16).

Após ficar de fora da lista no ano passado, o país é a única nação da América Latina a compor a lista no ranking de 2020. Pelo oitavo ano consecutivo, os Estados Unidos lideram como país mais atrativo para investimentos estrangeiros, seguido por Canadá, Alemanha, Japão e França. Completam a lista dos dez primeiros colocados, pela ordem: Reino Unido (6º), Austrália (7º), China (8º), Itália (9º) e Suíça (10º).

O Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) da Kearney é uma pesquisa anual feita com executivos das 500 maiores empresas do mundo, desde 1998. As classificações são calculadas com base em perguntas sobre a probabilidade de as empresas dos entrevistados fazerem um investimento direto em um **mercado** nos próximos três anos. A pontuação varia em uma escala de 1 a 3. No caso do Brasil, a pontuação apurada foi de 1,65.

'Depois de sair do ranking de 2019, o Brasil retoma uma posição este ano, ficando em 22º lugar. Entre os fatores que impulsionaram o sentimento de investimento estão a aprovação da reforma da previdência e os esforços do governo para ampliar as privatizações, o que devem estimular o crescimento da **economia**', diz o relatório da Kearney sobre o desempenho do Brasil.

A consultoria define investimento estrangeiro direto como aplicação de capital por uma empresa estrangeira em uma empresa em um país diferente. É o mesmo conceito definido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de que se trata de 'um investimento que envolve um relacionamento de longo prazo e reflete um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma **economia** (investidor direto estrangeiro ou empresa-mãe)

de uma empresa residente em outra **economia** (IDE) empresa ou afiliada empresa ou afiliada estrangeira)'

Consulte a lista completa do Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto (IED) de 2020.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Flexibilização desarticulada da quarentena prejudica mulheres e crianças

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: tadeufm

Mesmo com a curva de contaminação da covid-19 ainda crescendo no Brasil, o discurso dos governos é de reabertura gradual das atividades econômicas, como tem ocorrido em muitas cidades. Isso também começou a acontecer com os serviços essenciais, inclusive a educação. Porém, para evitar que as escolas favoreçam a reaceleração do vírus, é prevista a adoção de um modelo híbrido com aulas a distância e revezamento das turmas para reduzir número de alunos por sala. O problema é que, com o retorno do trabalho presencial, muitas crianças não terão com quem ficar em casa ou muitos pais não terão como ir ao trabalho por causa dos filhos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), resgatados pelo Observatório do Nordeste para Análise Sociodemográfica da Covid-19 (Onas-Covid19), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN (PPGDem), mostraram que 28,4 milhões de crianças de 5 a 14 anos frequentavam a escola em 2018. No Nordeste, os estudantes nessa idade somavam 8,6 milhões, distribuídos em 6,1 milhões de domicílios.

Em residências em que apenas um dos pais trabalha ou onde moram outros parentes, como avós, tios ou primos, não haverá tanta dificuldade. A situação é mais complicada nos chamados domicílios monoparentais, em que residem apenas a mãe, ou o pai, com os filhos. Nesses arranjos domiciliares moram 14,5% das crianças que frequentam a escola, e as mulheres somam 93%, sendo 63% delas economicamente ativas.

'São 800 mil crianças no Nordeste que estariam em casa sem aula e com suas mães participando de atividades econômicas. Portanto essas mães, quando se verem obrigadas a voltar a sair de casa para trabalhar ou procurar emprego, terão um verdadeiro dilema em suas mãos', alertam os pesquisadores do Onas-Covid19. Segundo eles, uma solução bastante usual é deixar as crianças aos cuidados de terceiros, geralmente vizinhos ou parentes. No entanto isso aumentará a circulação dessas crianças, o que é prejudicial para o controle do vírus ainda em circulação.

Os pesquisadores da Onas esclarecem também que as escolas desempenham um papel que vai além do processo formativo das crianças, justamente por servirem como importante

recurso para as famílias na conciliação das atividades domésticas com as atividades no **mercado** de trabalho. 'Esse recurso é importante, principalmente, para as famílias mais pobres e, mais ainda, para as mulheres, pois não têm como contar com outra forma de cuidado dos filhos para ter ou mesmo para procurar por um emprego. Além de liberar uma parcela do dia, principalmente das mulheres, as mais responsabilizadas pelos cuidados, a presença das crianças na escola significa também, para elas, acesso a refeições', reforçam.

No artigo publicado no site do Observatório, os pesquisadores esclarecem que esse contexto de dificuldade e vulnerabilidade de mães que criam seus filhos sozinhas não é novo e não foi criado pela pandemia da covid-19, mas reforça a necessidade de uma atenção distinta por parte do Estado. 'Os efeitos da impossibilidade de contar com a escola durante a pandemia, como uma forma de apoio institucional às mulheres para o cuidado dos filhos, provavelmente refletirão sobre a participação feminina no **mercado** de trabalho, seja pela menor disponibilidade de tempo, necessidade de redução das jornadas de trabalho, que levará à redução dos salários, a aceitação de postos de baixa qualidade, pela necessidade de conciliação, e mesmo a saída de empregos', completam.

Com o título A retomada da **economia** e a suspensão das atividades escolares: com quem ficam as crianças?, o trabalho da Onas-Covid19 foi publicada no site do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem), no qual estão outros trabalhos dessa natureza. Assinam o artigo Victor Hugo Dias Diógenes, docente do Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorando do PPGDem, e os professores Jordana Cristina de Jesus e Ricardo Ojima, ambos do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA) e do PPGDem.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Corte dos juros

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Luiz antônio felipe

O Brasil prepara novo corte de taxa de **juros**, mas o crédito ainda demora a chegar ao consumidor final. Os analistas apostam em corte de 0,75 e aumentam a expectativa de Selic a 2,25%, na reunião de hoje, do Copom. O corte tenta minimizar os estragos econômicos da pandemia. Alguns analistas avaliam limites para o afrouxamento monetário. Um corte agora também estaria sustentado na deflação do IPCA e de outros indicadores de inflação.

Inflação

O IGP-10 de junho sobe 1,55% ante alta de 0,07% em maio, revela a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O período de coleta de preços para o indicador de junho foi do dia 11 de maio a 10 deste mês. Apesar da alta, a inflação ainda não sente a pressão da demanda. O índice acumula alta de 4,55% no ano e de 7,18% em 12 meses. Em junho de 2019, o índice havia registrado elevação de 0,49% no mês e de 6,57% em 12 meses.

Emprego (I)

Voltar ao normal ou o 'novo normal' depende também da oferta de empregos. Ontem, o IBGE revelou ontem que a pandemia restringiu o acesso de 28,6 milhões de pessoas ao **mercado** de trabalho em maio. E, cerca de 17,7 milhões de pessoas não conseguiram procurar emprego na última semana de maio por causa da pandemia de Covid-19 ou por falta de oportunidade na região em que vivem.

Emprego (II)

O desemprego cresceu 10,8% entre a primeira e a última semana de maio, diz IBGE. A pesquisa também estimou que 13,2% da população ocupada (ou 8,8 milhões) estavam trabalhando de forma remota na última semana analisada. No mesmo período, a população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,6 milhões, dos quais 25,7 milhões (ou 34,4%) disseram que gostariam de trabalhar.

Petróleo

O preço do barril de petróleo (spot) subiu mais ontem (+ 1,02%), para U$ 38,09. O dólar encerrou os negócios a R$ 5,23, uma alta de 1,80% e o Ibovespa acompanhou os EUA e fechou em alta novamente de 1,33% a 93.603

pontos. Foi um dia de idas e vindas no **mercado**.

Crédito recuperado

Mais perto ou nem tanto assim, a retomada da **economia** exige que todos estejam preparados. Para o consumidor endividado a Serasa Experian anuncia uma ação para ampliar as possibilidades para quitar suas dívidas. Quem tiver dívidas entre R$ 200 e R$ 1 mil, originadas pelo parceiro Ativos dentro do Serasa Limpa Nome, pode quitar a pendência de forma integral por R$ 100. De acordo com a Serasa, a ação pode beneficiar cerca de 1,5 milhão de consumidores que têm dívidas, principalmente a parcela da população que encontra dificuldades para receber auxílios durante a pandemia de covid-19.

Em alta

O Indicador Antecedente Composto da **Economia** Brasileira, publicado em parceria entre a FGV IBRE e The Conference Board (TCB), subiu 1,0% em maio, após recuar mais de 16% no mês anterior. A variação acumulada nos últimos seis meses também ficou negativa, em 20,2%. Das oito séries componentes, os três Índices de Expectativas - Serviços, Indústria e Consumidores - foram os mais positivos para o resultado.

Confiança

A prévia Extraordinária das Sondagens sinaliza recuperação nos Índices de Confiança de junho, mostra a Fundação Getúlio Vargas, com dados coletados até o dia 15 deste mês. Em relação ao número final de maio, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) cresceria 14,5 pontos. Já o Índice de Confiança do Consumidor subiria para 71,0 pontos.

Concorrência

Com tímida evolução, três, posições, o Brasil permanece entre os países menos competitivos do mundo, ocupando a 56ª colocação no Ranking de Competitividade Mundial 2020 elaborado pela escola Suíça IMD. A Fundação Dom Cabral é responsável pelo capítulo Brasil do levantamento. A análise mostra que avanços na educação são fundamentais para melhoria do posicionamento do País neste quadro.

Frutas

O Ministério da Agricultura e Pecuária aprovou o registro de um fungicida para tratamento pós-colheita de frutas a base dos princípios ativos Fludioxonil e Azoxystrobina. A medida atende a um pleito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O fungicida era uma das demandas prioritárias da CNA para o setor de frutas e agrada aos fruticultores potiguares e do Nordeste.

Lançamento

Está previsto para hoje, às 16h30, a Cerimônia de Lançamento do Plano Safra, no Palácio do Planalto. Traz a definição do volume de recursos e das taxas de **juros** a serem praticadas pelos bancos na safra 2020/2021, com validade a partir de 1º de julho próximo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

EM ARTIGO, PRESIDENTE DA FIERN REAFIRMA NECESSIDADE DE RETOMADA GRADUAL DO COMÉRCIO

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Hilneth Correia

Em artigo publicado nesta terça-feira no jornal Agora RN, o presidente da FIERN, Amaro Sales, defende a reabertura das atividades comerciais no Estado, seguindo rigoroso protocolo de segurança para evitar a disseminação do coronavírus. Confira:

O COVID-19 chegou e alcançou o mundo. No Brasil, desde março, ajudado por alguns fatos gerados pela gestão pública, o coronavírus fez um estrago na **economia**, tumultuou a política, desmascarou crimes, mudou relações sociais. E o pior: estamos em junho, ele continua presente e permanece desarrumando a vida de muitos.

Apesar de todos os esforços da ciência, a vacina, mesmo para os mais otimistas, não chegará ao **mercado** até o final de 2020, portanto, a solução definitiva - lamentavelmente - não estará disponível nos próximos meses. Assim, não há outra alternativa senão tentarmos conviver com o vírus até que tenhamos, de fato, a tão esperada vacina.

Para convivermos com a ameaça diária do coronavírus, precisamos nos acostumar a novos hábitos de vida e um novo modelo de produção. E para retomarmos as atividades - dentro do 'novo normal' - vamos ser obrigados a observar procedimentos que desestimulem a disseminação da doença e nos ofereça níveis aceitáveis de segurança para trabalhar e viver.

Precisamos nos preparar! São novos e necessários desafios.

Estamos pensando e discutindo muito sobre o assunto. Já foi amplamente noticiado, inclusive, que a FIERN e as demais Federações (FECOMERCIO, FAERN, FETRONOR), SEBRAE, com apoio de outras instituições (FCDL, FACERN, ACERN) construíram uma

proposta que foi aprovada pelo Governo do Estado. Esperamos que, no próximo dia 17 de junho, tenhamos a abertura, aqui no Rio Grande do Norte, de outras atividades econômicas. E, a partir daí, um calendário seja conhecido e que, planejadamente, possamos restabelecer todas as atividades o quanto antes possível.

Com a ajuda de todos, estamos apoiando o grande esforço pelo distanciamento social no nosso Estado. Precisamos baixar a velocidade e o índice de transmissibilidade da Covid-19 e, realmente, o distanciamento social tem sido a maior aposta do Governo do Rio Grande do Norte. Deveríamos investir mais em testagem da população e comunicação. São outros dois eixos relevantes que precisam ser prestigiados, agora e mais adiante.

Evidentemente que as aglomerações, mesmo com a retomada gradual das atividades econômicas, serão evitadas ainda por um bom período. Por outro lado, as lojas, restaurantes, bares, hotéis, indústrias, escritórios estão estudando e já implementando protocolos de prevenção ao coronavírus. Temos plena consciência de que álcool gel, máscaras, água e sabão, distanciamento entre as pessoas, home-office, videoconferências, outros novos métodos de trabalho e outros insumos de higiene e prevenção estão, definitivamente, incorporados ao nosso cotidiano.

Com segurança e esperança, precisamos voltar, uns ajudando aos outros, com a certeza que a nova caminhada exige, pelo menos, planejamento, disciplina e solidariedade.

Amaro Sales de Araújo

industrial, presidente do Sistema FIERN e secretário-geral da CNI

Artigo publicado no jornal Agora RN, no dia 16 de junho de 2020

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado dá aval para prorrogar cortes de jornada e salário

Clique aqui para abrir a imagem

O Senado deu aval para o governo prorrogar a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários enquanto durar o período de calamidade pública, ou seja, até o fim do ano. O período de adiamento, porém, dependerá de decisão do presidente Jair Bolsonaro. Os senadores aprovaram a medida provisória sobre o tema por 75 votos favoráveis e nenhum contrário.

A proposta seguirá direto para sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que deve ocorrer nos próximos dias. A MP 936/2020 foi assinada por Bolsonaro em abril e é vista como essencial para a preservação de empregos e um alívio financeiro às empresas durante a pandemia de covid-19.

Até esta terça-feira, 16, de acordo com o Ministério da **Economia**, pelo menos 10,693 milhões de acordos entre funcionários e empregadores foram assinados nos moldes da MP.

O texto original da MP autorizava a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução de jornada, por até 90 dias. Com a mudança, as empresas poderão estender o período de suspensão ou redução. O adiamento, porém, depende de uma decisão do presidente Jair Bolsonaro. Conforme o Estadão/Broadcast antecipou, o governo avalia prorrogar o período de suspensão por mais dois meses e o prazo de redução de jornada e **salário** por mais 30 dias.

O governo federal deve sancionar rapidamente o projeto. Uma das preocupações da equipe econômica e de alguns setores é com acordos de suspensão fechados no início de abril e que venceram no início deste mês. Ou seja, as empresas dependem da prorrogação para continuar com os contratos suspensos por mais um período a partir de julho.

Estabilidade

A medida permite redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no **salário**, por até três meses. Também é possível suspender o contrato por até dois meses. O governo estabeleceu uma compensação depositando valores diretamente na conta dos trabalhadores que podem chegar a 100% do seguro-desemprego, dependendo do nível salarial.

A suspensão ou a redução garante ao funcionário um nível de estabilidade no

emprego. Por exemplo, se o empregado tiver três meses de **salário** reduzido, a empresa terá de pagar multas maiores em caso de demissão sem justa causa durante um período de seis meses - o dobro do tempo de duração da redução na jornada. O acordo pode ser fechado coletivamente com sindicatos ou individualmente com cada funcionário.

O Senado retirou alguns trechos incluídos pela Câmara na medida provisória, entre eles aqueles que traziam alterações permanentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), considerou essa parte estranha ao escopo principal da MP, ou seja, um "jabuti" no jargão do Congresso.

A impugnação desagradou o governo, mas foi vista como necessária para aprovar a MP e evitar que o texto voltasse à Câmara dos Deputados. Entre os pontos impugnados por Alcolumbre em acordo com senadores, estavam alterações na jornada de trabalho dos bancários e no cálculo de variação das dívidas trabalhistas na Justiça.

Na mesma sessão, o Senado barrou outra medida incluída pela Câmara que poderia aumentar a margem de empréstimos consignados no período da pandemia de covid-19. O dispositivo aumentava de 35% para 40% a margem de empréstimo descontado em folha para aposentados, servidores e trabalhadores com carteira assinada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Cartilha do Sebrae orienta hotéis e pousadas a retomar atividades com segurança

Clique aqui para abrir a imagem

Foto: Agência Sebrae Yves Guerra:

Os meios de hospedagem estão entre os empreendimentos com alto de risco de contaminação do novo coronavírus (Covid-19) devido à grande rotatividade e circulação de turistas nacionais e internacionais. E por isso também foi um dos mais atingidos pelas medidas de contenção à pandemia. Estimativas do Sebrae indicam que as empresas desse ramo tiveram perdas no faturamento semanal que variam entre 88% e 75% em comparação com o período pré-Covid. Para orientar o setor a retomar as atividades com foco na bioprevenção, o Sebrae no Rio Grande do Norte lançou uma cartilha para estimular os empreendimentos a prevenir e mitigar os riscos.

A publicação traz uma série de informações, protocolos de condutas e regras internas para fornecedores, distribuidores, visitantes, clientes e colaboradores, que podem servir como medidas preventivas e ajudar os empreendedores desse segmento a voltar a funcionar de forma segura. Denominada 'Reiniciando as Atividades com Segurança', a cartilha é voltada especialmente para os meios de hospedagem e faz parte da Trilha Saúde Coletiva, que traz uma série de medidas preventivas à Covid-19.

São informações sobre condutas de higiene e etiqueta respiratória, que ajudam a evitar ou pelo menos diminuir o risco de contaminação a todos os envolvidos na empresa. Além disso, traz dicas e recomendações comuns a todos e também destinadas a colaboradores e terceirizados, assim como nas atividades gerais e nos serviços prestados aos hóspedes. O material está disponível para download no portal do Sebrae (rn.sebrae.com.br/bioprevencao)

Estimativas do Sebrae indicam que as empresas desse ramo tiveram perdas no faturamento semanal que variam entre 88% e 75% em comparação com o período pré-Covid.

'Esse material visa justamente orientar os empresários do setor de meio de hospedagem a prepararem seus empreendimentos para a retomada da atividade turística. A ideia é orientá-los com relação aos procedimentos, boas práticas higiênico-sanitárias contra a Covid-19. Aplicando as orientações, ele terá um

diferencial competitivo no **mercado**', avisa o analista do Sebrae-RN, Yves Guerra, que é gestor do projeto Investe Turismo.

Segundo Yves, a cartilha orienta os empreendedores a implementarem os procedimentos de bioprevenção em várias áreas do empreendimento turístico, da reserva e recepção até as acomodações. 'Esses empreendimentos tem várias estruturas, como setor de alimentação e área de lazer, que precisam seguir protocolos necessários à segurança de todos. Queremos que cada um adeque as regras de acordo com as particularidades da empresa, elaborando os seus próprios protocolos e identificando os pontos de riscos de contaminação', recomenda Guerra.

Programa Reinicie

A cartilha é apenas uma das ações do programa Reinicie, lançada pelo Sebrae-RN em parceria com o Governo do Estado para auxiliar e conscientizar o empresariado a retomar o funcionamento das empresas dentro da realidade do momento vivido pela pandemia provocada plo novo coronavírus em todo o mundo. 'Estamos imersos em uma pandemia caracterizada por um vírus que tem alta capacidade de disseminação. Isso implica em risco de colapso do sistema de saúde e da **economia**', adverte a gerente da Unidade de Desenvolvimento Setorial do Sebrae-RN, Lorena Roosevelt, sobre a importância do programa de prevenção e segurança.

O Sebrae desenvolveu, com o suporte da Vigilância Sanitária, cartilhas nas áreas da indústria, comércio, serviços e meios de hospedagem. Os conteúdos traduzem os protocolos do Ministério da Saúde para a linguagem e realidade dos pequenos negócios. O objetivo é difundir em alta escala essas informações para ajudar as pequenas empresas no processo de adaptação e convivência com o coronavírus, minimizado o perigo de contaminação. Todo esse material está acessível na página www.rn.sebrae.com.br/bioprevencao/.

Lorena Roosevelt explica que cada segmento econômico possui especificidades no que tange à estrutura, processos, contato com clientes, fornecedores e colaboradores, e isso requer a aplicação de medidas claras, objetivas e de fácil assimilação para criar novos hábitos de higiene e distanciamento entre pessoas - objeto das cartilhas já elaboradas e publicadas.

Além das cartilhas que foram desenvolvidas em nível local, o Sebrae Nacional disponibiliza protocolos segmentados para salões de beleza, clínicas médicas, academias de ginástica, alimentos e bebidas, varejo da moda, entre outros segmentos importantes da **economia** nacional.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo Federal quer facilitar recontratação de funcionários demitidos durante a crise do Coronavírus

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Arquivo/O Globo

O governo federal pretende autorizar às empresas recontratar um mesmo empregado num prazo inferior a 90 dias da data da rescisão contratual. Atualmente, isso é vedado pela portaria 384, publicada há 28 anos pelo extinto Ministério do Trabalho e que precisaria ser revogada.

Segundo técnicos da equipe econômica, a ideia inicial é adotar a medida durante o período de calamidade pública por causa do Coronavírus, que termina em 31 de dezembro, conforme divulgou nesta terça-feira o jornal Valor Econômico.

Mas a proposta pode ir além, se depender de parlamentares da bancada do Novo, que já apresentaram um projeto nesse sentido. O projeto não veda que o trabalhador seja recontratado por um **salário** inferior ao auferido anteriormente, deixando que a remuneração seja acordada entre as partes.

O autor, deputado Alexis Fonteyne (SP), disse que pretende apresentar a proposta ao ministro da **Economia**, Paulo Guedes, ainda nesta semana e que tem certeza de que ela será bem aceita. O parlamentar afirmou que foi procurado por empresários afetados pela crise e que gostariam de recontratar ex-funcionários assim que a atividade for econômica for retomada.

- Não faz sentido manter essa portaria. Os empregadores preferem contratar ex-funcionários porque eles já conhecem a rotina da empresa e têm experiência. Não acredito que todas as empresas vão demitir e recontratar com salários mais baixos, até porque ninguém vai querer um trabalhador desmotivado - destacou o parlamentar.

Fonteyne contou que procurou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para costurar um acordo para a inclusão de um dispositivo na medida provisória (MP) 927, mas a ideia não prosperou porque poderia prejudicar a tramitação da proposta.

A MP permite às empresas negociaram individualmente com os trabalhadores antecipação de férias, banco de horas e feriados, além do teletrabalho, durante a pandemia.

Ele afirmou que negocia com os líderes dos partidos a aprovação de requerimento de urgência ao seu projeto e trabalha para convencer representantes das centrais sindicais.

Editada em 1992, a portaria tinha por objetivo evitar fraudes no FGTS, acertos entre empregadores e trabalhadores só para retirar o saldo do Fundo e facilitar o recebimento do seguro desemprego.

Representantes do Conselho Curador alegam, contudo, que a medida poderia ser revogada para facilitar as contratações e além disso, a legislação vigente tem travas que inibem as fraudes. Em 2015, o governo aprovou uma MP que restringiu o acesso ao seguro desemprego e a reforma trabalhista passou a prever a demissão acordada entre empregados e trabalhadores.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado aprova MP que permite reduções de jornada e salário e suspensão de contratos

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Agência Brasil

O Senado aprovou nesta terça-feira (16) por unanimidade a medida provisória (MP) que permitiu às empresas reduzirem a jornada de trabalho com a diminuição proporcional de salários.O texto também autoriza a suspensão temporária de contratos de trabalho.

Com a aprovação no Senado, a MP segue para a mesa do presidente Jair Bolsonaro, que poderá sancionar ou vetar as mudanças feitas em relação ao texto original. O objetivo da MP é preservar empregos e renda e, também, ajudar empresas a enfrentarem a crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19.

A iniciativa foi aprovada em sessão virtual, e recebeu 75 votos favoráveis e nenhum contrário.A MP está em vigência desde o início de abril, quando foi editada pelo presidente Jair Bolsonaro. Para não perder a validade, o texto precisava ser aprovado pelo Congresso em até 120 dias após a publicação no 'Diário Oficial da União'.

De acordo com o Ministério da **Economia**, o chamado Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - criado pela MP - já preservou mais de 10 milhões de postos de trabalho.

A redução e a suspensão previstas na MP não se aplicam aos órgãos públicos, empresas públicas e às sociedades de **economia** mista.No relatório favorável à medida provisória, o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) diz que, sem o programa, cerca de 12 milhões de pessoas poderiam perder o emprego.

'Calcula-se que o investimento total seja de R$ 51,2 bilhões. Não há como negar que, apesar do custo financeiro das medidas adotadas, elas são imprescindíveis para assistir os trabalhadores, bem como auxiliar empregadores a manterem os empregos. Sem elas, os prejuízos sociais seriam incalculáveis', diz o parlamentar no relatório.

Além da possibilidade de diminuição de jornada e **salário** e da suspensão do contrato, a MP prevê a prorrogação por um ano da

desoneração da folha de pagamento nas empresas de 17 setores, o que foi incluído na Câmara dos Deputados (veja mais detalhes abaixo).

Governo comemora mudança

A Câmara incluiu um trecho, mantido no Senado, que diz que o governo poderá prorrogar os prazos máximos de redução de jornada e de suspensão do contrato de trabalho previstos na MP, desde que seja respeitado o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia.

Esse período, aprovado pelo Congresso, vai até 31 de dezembro deste ano. A equipe econômica do governo avalia a possibilidade de prorrogação dos prazos.Em uma rede social, o secretário de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, comemorou a aprovação da MP com esse trecho.

'Vem junto a possibilidade do Poder Executivo de prorrogar a MP, de ampliar as possibilidades de suspensão e redução de jornada. Tudo isso para cada vez mais preservar empregos, empresas e preservar também os empresários do Brasil. Juntos estamos vencendo a cada dia essa pandemia. Essa MP nos proporcionará uma retomada mais simples e dinâmica já que estamos preservando os empregos e as renda', afirmou.

Ainda segundo o secretário, o governo já recebeu mais de 10 milhões de acordos de suspensão ou redução de jornada.

Reduções de jornada e **salário**

O texto permite a redução proporcional de jornada de trabalho e de **salário**, por até 90 dias, em 25%, 50% ou 70%. Dependendo do **salário** do trabalhador, a redução pode ser definida por acordo individual escrito entre empregador e empregado, ou por negociação coletiva ou, ainda, por acordo coletivo.

A convenção ou o acordo coletivo de trabalho poderá estabelecer outros percentuais de redução de jornada e de **salário**, com outros percentuais de cálculo do valor. Para amenizar a diminuição salarial, a MP criou um benefício emergencial, custeado pela União, a ser pago ao trabalhador.

O valor desse benefício, segundo a proposta, tem como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito. O teto do seguro-desemprego está atualmente em R$ 1.813,03. No caso da redução de jornada e de **salário**, o benefício é calculado aplicando-se, ao valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, o percentual da redução. Ou seja, se a redução é de 25%, o valor do benefício será 25% do valor mensal do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito. Nesse caso, o empregador ficaria encarregado pelo pagamento de 75% do **salário**.

Suspensão do contrato de trabalho

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda também prevê a suspensão temporária do contrato de trabalho por até 60 dias, que poderá ser fracionada em até dois períodos de 30 dias.

Assim como a redução de jornada, a suspensão do contrato de trabalho, dependendo do **salário** do trabalhador, pode

ser definida por acordo individual escrito entre empregador e empregado ou por meio de negociação coletiva, ou por convenção coletiva.

Para a suspensão total do contrato, a MP estabelece que o valor do benefício emergencial pago seja equivalente a 100% do seguro-desemprego a que o empregado teria direito.

Pelo texto, a empresa que tiver receita bruta anual superior a $ 4,8 milhões somente poderá suspender o contrato de trabalho mediante o pagamento de ajuda compensatória no valor de 30% do **salário** do trabalhador. Nesse caso, o valor do benefício emergencial do empregado, pago pelo governo, será de 70% do valor do seguro-desemprego a que ele teria direito.

Demissão

Durante o período de vigência da redução ou suspensão do contrato, o trabalhador não pode ser mandado embora sem justa causa. A dispensa sem justa causa sujeitará o empregador ao pagamento, além das parcelas rescisórias, de indenização.

Após o restabelecimento da jornada de trabalho e do **salário** ou do fim da suspensão temporária do contrato, haverá garantia provisória de emprego pelo período equivalente ao acordado para a redução ou a suspensão. Ou seja, como contrapartida, os patrões não podem demitir os funcionários pelo dobro do período acordado.

Ajuda compensatória

O benefício emergencial pode ser acumulado com o pagamento, pelo empregador, de ajuda compensatória mensal, em decorrência da redução de jornada e de **salário** ou da suspensão.

Desoneração da folha

O texto prorroga por um ano o fim da desoneração na folha de pagamento para 17 setores da **economia**. A lei atual prevê que este benefício será concedido até o fim de 2020.

Se o trecho for sancionado por Bolsonaro, a desoneração será prorrogada até o fim de 2021.

A alteração não estava prevista no texto original enviado pelo governo, mas foi incluída na Câmara. Lei sancionada em 2018 pelo então presidente Michel Temer estabeleceu a reoneração da folha de pagamento de 39 setores da **economia** que antes tinham este benefício fiscal.

No entanto, foi mantida a desoneração de 17 áreas até o fim de 2020, por serem consideradas setores que mais empregam. Dentre as quais, estão empresas de construção civil, call center, calçados, têxtil e de comunicação.

Essas empresas, em vez de fazerem a contribuição para Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a folha de pagamento com alíquota de 20%, pagam um percentual, até 4,5% a depender do setor, sobre o valor de sua receita bruta.

Defensores da prorrogação dizem que esses setores são os que mais empregam no país. Segundo o senador Vanderlan Cardoso, relator

da MP, empresas dessas áreas dão trabalho a mais de seis milhões de pessoas.

Trechos excluídos

Antes de votarem a MP, os senadores excluíram do texto trechos considerados estranhos ao objetivo inicial da proposta, que foram incluídos na Câmara dos Deputados.Essas exclusões viabilizaram uma votação mais rápida do texto.

Sem os trechos, parlamentares concordaram em desistir de destaques - ou seja, pedidos para que pontos sejam votados em separado. Um dos trechos tratava de empréstimos consignados e, se mantido, possibilitaria um aumento da margem consignável de 35% para 40%.

Outro artigo retirado promovia uma série de alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre outros pontos, esse artigo mexia nas regras de jornada e gratificação de bancários.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) criticou a retirada desse trecho. Segundo o emedebista, um dos pontos excluídos possibilitaria a redução dos **juros** que incidem sobre dívidas trabalhistas.

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a exclusão da parte que alteraria a CLT. Segundo o petista, a manutenção do artigo significaria a realização de uma 'minirreforma trabalhista'. 'Retirava direito dos trabalhadores, tanto nas rescisões, nos acertos finais, mexia na previdência, jornada de bancário. Era uma minirreforma', disse Paim.

Assistência social

Além da MP, os senadores aprovaram um projeto que permitirá a realocação de cerca de R$ 1,5 bilhão para utilização em ações de assistência social.

Esse recurso, segundo defensores da proposta, está ocioso em contas de fundos de assistência social dos estados, DF e municípios. Com a proposta, o dinheiro poderá ser reprogramado para execução. O projeto volta para a Câmara dos Deputados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA